

ANA MARIA CABRAL DIQUE FUMO

**AS RELAÇÕES LUSÓFONAS E O ACORDO
ORTOGRÁFICO**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa

2010

ANA MARIA CABRAL DIQUE FUMO

**AS RELAÇÕES LUSÓFONAS E O ACORDO
ORTOGRÁFICO**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais no
Curso de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e
Relações Internacionais, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa

2010

Epígrafe

*Agrada-te do Senhor e Ele satisfará o desejo do teu
coração.*

(SL.37:4)

Dedicatória

- Ao João, meu amado, amigo, companheiro que sempre se fez presente, com seu incomensurável amor, paciência e compreensão, e que, nos meus momentos de apatia, me deu forças para continuar. Veio a passar por várias privações para que hoje eu pudesse estar aqui a conquistar o meu objectivo.

- À Asafe e João David meus rebentos, que fazem parte da minha história e são a razão de minha alegria e existência, dos quais me ausentei por um determinado tempo por motivo de força maior, mas estavam sempre presentes em minha memória e no meu coração. São os meus amores.

Agradecimentos

- Agradeço a Deus, que é um ser supremo em amor, bondade e longanimidade, por me dar entendimento e determinação para alcançar o meu objectivo.

- À minha querida mamãe Lourdes, mulher virtuosa e valorosa.

- Aos meus queridos irmãos que, numa altura de minha vida, foram e continuam a ser o meu alicerce, e que me apoiaram para eu vir em busca deste sonho. Eu amo-vos e sinto muitas saudades.

- Ao orientador Professor Doutor José Filipe Pinto, pois a sua colaboração foi essencial para esta dissertação. Com a sua sabedoria, experiência, paciência e a disponibilidade dispensada em dar-me assistência e com sua exigência impecável, é indescritível a sua actuação em prol de meu crescimento e realização pessoal e profissional. Agradeço-lhe a atenção de me ter aceiteado como mestrande, pois para mim é motivo de orgulho ter sido sua aluna. Jamais o esquecerei.

- À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que me abriu as portas para o meu crescimento intelectual.

A todos, muito obrigada.

Resumo

No contexto internacional é de considerar que, no que tange a uma maior interacção entre os povos, é necessário ter em conta que a propagação da língua é factor-chave.

A língua faz com que os povos se entendam e construam conhecimentos, pois, no contacto de culturas, o pensar, o agir, o falar e o conviver, ao mesmo tempo que diferenciam, também servem para unir os mais distintos povos, sendo que não se deve recear essas diferenças ou diversidades culturais porque não representam uma ameaça.

No que concerne à língua, a utilização de um idioma comum – o português – deve ser encarada como um elo de comunicação entre os vários países e povos lusófonos, a exemplo daquilo que se passa com o inglês e o francês nas respectivas comunidades.

A língua portuguesa oferece um vasto leque de possibilidades, ou seja, possui um potencial muito forte e ligado a vários sectores, desde o económico, o social, o cultural e jurídico até ao técnico-científico.

Porém, para que a língua portuguesa se venha a universalizar, acredita-se que seja necessária uma maior vontade política por parte dos governantes.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Acordo Ortográfico

Abstract

It should be considered in the international context, with regard to a greater interaction between peoples, that it is necessary to take into account that the propagation of the language is a key factor.

The language makes people able to understand and build knowledge, because, in the contact of cultures, thinking, acting, speaking and living, at the same time that they can differentiate, they join the more distinct peoples. So, we should not fear these differences or cultural diversities, because they do not represent a threat.

In what concerns to the language, the use of a common language, the Portuguese one, should be seen as a communication link between the several countries and peoples, as it happens with the English or the French in their own communities.

The Portuguese language offers a wide range of possibilities, that's to say, it has a very strong potential and connected to several sectors, from the economic, social, cultural and legal until the technical-scientific one.

However, a larger political action is required in order to make Portuguese a global language.

Keywords: Portuguese Language, Community of Portuguese speaking countries, International Institute of the Portuguese Language, Orthography Agreement.

Índice

Epígrafe.....	3
Dedicatória	4
Agradecimentos.....	5
Resumo	6
<i>Abstract</i>	7
Lista de Siglas.....	9
Introdução.....	11
Problemática Teórica.....	11
Metodologia.....	14
 Capítulo 1- A História da CPLP	 16
1.1. A Formação.....	17
1.2. Estrutura da CPLP.....	20
1.2.1. Os Órgãos Iniciais e Suas Funções.....	21
1.2.2. Os Novos Órgãos: Pertinência e Funções.....	23
1.2.3.A Dificil Afirmação.....	25
 Capítulo 2 – O Pilar da Língua: o ILLP.....	 28
2.1. A Fase de Criação do ILLP e as Dificuldades Iniciais.....	30
2.2. Os Órgãos do ILLP e as Respectivas Funções	32
2.3. Do Balanço à Visão Prospectiva.....	34
 Capítulo 3 – Da Língua Comum à Lusofonia.....	 37
3.1. A Definição dos Conceitos.....	37
3.1.1.Conceito de Língua.....	37
3.1.2.Conceito de Lusofonia.....	39
3.2. As Relações Lusófonas.....	46

Capítulo 4 - Acordo Ortográfico	53
4.1. Período Etmo-fonológico e as Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa.....	54
4.2. A Entrada em Vigor.....	55
4.3. Críticas.....	58
4.4. Vantagens.....	60
4.5. As Principais Alterações	63
Conclusão.....	69
Bibliografia.....	74
Índice Onomástico Remissivo	78

Lista de Siglas

ABL – Academia Brasileira de Letras
ACL – Academia de Ciências de Lisboa
ACOPOLOP – Associação dos Comitês Olímpicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa
ALFAL – Associação de Linguística e Filologia da América Latina
APA – American Psychological Association
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BRIC – Brasil, Rússia, Índia, e China
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CCB – Centro Cultural de Belém
CCP – Comité de Concertação Permanente
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INIDE – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação
LM – Língua Materna
LP – Língua Portuguesa
LS – Língua Segunda
MPB – Música Popular Brasileira
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA - Organização de Unidade Africana
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
UE – União Europeia
UNESCO – Organização Das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

Introdução

Problemática Teórica

A língua acompanha a História da evolução da sociedade porque há milhares de anos que se adapta a múltiplas necessidades de seus usuários, nas situações formais ou informais. Além disso, é ela quem dita comportamentos e representa o veículo de comunicação privilegiado, pois, através dela, há trocas de informações que permitem o relacionamento entre diferentes grupos e pessoas: canta-se, encanta-se, namora-se....

O poder de uma língua, bem como a sua sobrevivência, passa pela sua funcionalidade enquanto instrumento veicular do saber e do conhecimento porque a língua acompanha a Economia, a ciência, os costumes e a Política, ou seja, a organização da sociedade em todos os seus movimentos.

No que se refere à língua portuguesa, desde o século XVI que a mesma tem sofrido infindáveis transformações, numa retrospectiva em que há que ter em conta a participação dos navegadores e jesuítas, uma vez que a língua foi espalhada quando os primeiros passaram por vários lugares e os segundos andaram a catequizar os povos.

Por força desses contactos, o idioma foi acrescido de várias influências de outros falares de povos oriundos de toda parte da terra e também deu origem a dialectos, facto que veio a servir de contributo para o enriquecimento da actual cultura porque, se “a língua é essencialmente a visão do mundo de uma dada cultura. A língua é o receptáculo das experiências culturais de um povo, o reflexo daquilo que somos” (Almeida, 2005, p.161), não é menos verdade que, no caso da língua portuguesa, também esteve aberta às línguas dos outros.

A comunicação é um factor condicionante do ser humano que a ela está ligada desde a mais tenra idade e a linguagem adquire-se no contacto com os progenitores ou com as pessoas envolvidas no convívio social diário, através da oralidade. Este contacto torna, por vezes, a linguagem mais coloquial e, como consequência, adquire-se uma «gramática» que fica interiorizada e que, com o passar dos anos, não é perdida mas sim aperfeiçoada.

Ainda neste aspecto, a língua com a qual o indivíduo cresce assume-se como um factor fundamental na sua formação, pois ensina-o a ser bom cidadão e ajuda-o na sua construção interior, um processo que é de foro psicológico e tem como base aspectos cognitivos e afectivos.

Sendo assim, a língua não se limita somente a ditar as regras gramaticais, mas, através dela, o indivíduo aprende a ser de um grupo, a adequar comportamentos – não apenas linguísticos – a um bem viver com os outros nesta sociedade construindo e fazendo história.

Mas é no sistema formal de ensino que se aprendem as regras necessárias para ter uma maior compreensão da norma culta que rege a língua, neste caso a portuguesa. Além disso, é aí que se descobre que o português acaba por ser de extrema importância para todos os que o utilizam, pois está interligado com todas as disciplinas curriculares e, enfim, com a vida fora da escola.

Na verdade, a finalidade da língua não se esgota na projecção académica pois vai mais além, tanto que foi descrita desta maneira: “não é o homem quem condiciona a língua, mas sim a língua que determina o homem.” (Almeida, 2005, p.161)

Na realidade, a língua é vista como um guarda-roupa para cada nova situação e, assim, utiliza-se a que melhor for apropriada a cada situação.

Ao longo dos séculos na história da língua, Portugal é tido como a pátria-mãe de todas as outras nações que falam português e Portugal e Brasil têm sido considerados como países irmãos porque, graças aos vínculos históricos, os laços perduram até aos dias atuais, como se comprova no intercâmbio a vários níveis, no comércio bilateral e na acção diplomática dos governos.

E Brasil e Portugal estão embarcados em um novo desafio que passa pela construção de um espaço comum onde a identidade linguística e cultural se transforma em comunidade.

De facto, foi constituída em 1996 a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que, no entanto, representa o resultado de uma realidade cooperativa que precede esta data, pois é fruto das relações que os dois Estados – Portugal e Brasil - vinham desenvolvendo a nível bilateral para projectar e consolidar a língua portuguesa no cenário internacional. Por isso, já vem de longe a ideia de estabelecer um modelo de ortografia que pudesse ser usado como referência nas publicações oficiais e no ensino em ambos os países, ou seja, um longo processo de tentativas de convergência das duas ortografias.

Com a criação da CPLP, o português, como é lógico, tornou-se a língua da comunidade. Usado pela maioria da população e consolidado como idioma oficial, o português posiciona-se estrategicamente e realiza trocas de mensagens entre pessoas tão distintas como um brasileiro e um timorense.

Então por que motivo se verifica o atraso da implementação na unificação do acordo ortográfico?

É pertinente fazer este questionamento pois enquanto não ratificarem e implementarem o Acordo, estes oito países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – continuarão a escrever o português de forma diferente e isso acaba por atrapalhar a internacionalização da língua. Porque não existe apenas uma norma e isto não valoriza a língua no plano internacional.

Entretanto convém dizer que o Acordo será sobre a unificação das grafias e não para a unificação da língua, pois isto se tornaria impossível tendo em conta que os países lusófonos são cortados pelo enorme oceano e cada um tem as suas variantes linguísticas.

O benefício que o Acordo contribuirá é um enriquecimento para a língua portuguesa, ou seja, contribuirá a aprendizagem de uma só grafia, pois, nas relações internacionais, recorde-se que há quatro grandes línguas – inglês, francês, português e espanhol – e o português é a única com duas grafias oficiais.

Além disso, haverá um enriquecimento da cultura no geral e o português não virá a tornar-se uma língua brasileira, mas uma língua de projecção internacional.

Nesta perspectiva, com a presente dissertação eu me propus investigar as relações entre os países que falam o português ou que o têm como língua materna e ou oficial, nomeadamente a tentativa de implementação dos infundáveis acordos ortográficos porque há muita controvérsia para chegar a um consenso.

Após vários anos de tentativas frustradas, não se pode esquecer o facto de que a língua é viva e a cada dia é adicionada de novos vocábulos.

Face ao exposto, esta investigação procurará resposta para as seguintes perguntas-base:

- Por que razão o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é tido como um nado-morto?
- Em que aspeto o Acordo Ortográfico favorecerá a CPLP?
- Por que motivo a questão da Lusofonia é tão antiga e ao mesmo tempo tão actual mas pouco esclarecedora?
- O Acordo Ortográfico pode ser visto como algo mais do que uma simples questão de língua ?

Para encontrar resposta para estas questões optou-se pela metodologia que se indica no ponto seguinte.

Metodologia

No que se refere à metodologia, foi feita uma abordagem muito minuciosa de um vasto acervo que serviu de bússola para esta dissertação.

A pesquisa bibliográfica foi efectuada na Biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Biblioteca Nacional. Além disso, foram consultados artigos em jornal e revistas, comunicações apresentadas em conferências e seminários, dicionários, prontuários, legislação, tese e dissertações, sem esquecer o suporte electrónico, ou seja, as páginas da internet.

No que concerne às siglas, inseriu-se uma lista e, no corpo do texto, optou-se pela leitura de cada sigla na primeira vez que surge, sendo que essa leitura aparece dentro de parênteses.

Para citações e referências bibliográficas foram utilizadas as normas da *American Psychological Association (APA)*, conforme definido pelo Despacho Reitoral nº 101/2009 de 26 de Maio, que revogou o anterior Despacho Reitoral n.º 52/2008, de 12 de Maio.

No que concerne à estrutura escolhida para a dissertação, a mesma compõe-se de quatro capítulos: o primeiro para contextualização da CPLP, o segundo para fazer o estudo da importância e dos objectivos do IILP, o terceiro para a definição dos conceitos da Lusofonia, e o quarto, no qual é feita uma retrospectiva de todo o processo relativo ao Acordo Ortográfico e se procura proceder a uma análise para verificar se ele é verdadeiramente indispensável.

O primeiro capítulo relata a demorada formação da CPLP, pois foram necessários vários anos para que a comunidade se erguesse, mas também, a difícil afirmação da comunidade. Procede, ainda, ao estudo da estrutura e da função dos órgãos constitutivos da CPLP.

O segundo capítulo refere-se ao pilar da língua e aborda o processo relativo ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, nomeadamente à sua formação, acontecimento que se verificou antes da criação da comunidade, e ao seu funcionamento porque, para uns, ele é tido como indispensável para a propagação da língua portuguesa e, para outros, é como se nunca tivesse existido.

O terceiro capítulo tem a ver com a língua e com as várias definições de «Lusofonia», pois ao termo foram atribuídas várias conotações e interpretações, segundo o ponto de vista de vários estudiosos, e a sua definição continua a não ser consensual. Este capítulo aborda, também, a questão das relações lusófonas que, afinal, não se reduzem ao aspecto linguístico.

O quarto capítulo pretende dar mais ênfase à questão do Acordo Ortográfico e centra-se na retrospectiva dos acordos feitos ao longo dos anos. Este assunto é objecto de estudo por não ser consensual, pois há vários estudiosos que concordam com o mesmo, outros que discordam e há, ainda, um terceiro grupo que ao analisar a proposta de unificação da grafia a acham ineficaz e consideram que não se foi tão longe quanto se devia.

Interessa, por isso, identificar as vantagens e desvantagens desta unificação ortográfica, tendo presente que mexer na ortografia não é o mesmo que fazer alterações na língua.

A conclusão – já possível mas certamente alterável em função do tempo – encerra os elementos textuais da dissertação.

Capítulo 1 - A História da CPLP

“ A CPLP pode ser, certamente o será, um instrumento de superior eficácia para que alcancemos o objectivo fundamental: uma grande comunidade de culturas que, sem prejuízo das diversidades e diferenças, se encontrarão reunidas pela voz comum e por novos caminhos.”

José Saramago

Os primeiros relatos sobre a existência da comunidade lusófona apontam para que a mesma tenha tido origem no século XV, quando os navegadores lusos desembarcaram em terras nunca antes visitadas por europeus, que os seus laços começaram a ser forjados.

Nessa perspectiva, a comunidade começou com a «peregrinação» exigida pela descoberta da costa africana, do caminho marítimo para a Índia e para o Brasil e das viagens pelo Oriente e o vínculo foi sendo estabelecido através dos conhecimentos e contactos que perduram até hoje, embora as relações entre os povos se inscrevessem na lógica da expansão europeia e do colonialismo – de espaço vital e missionário – que lhe estava associada.

Logo, os laços entre os povos que habitavam os territórios que integram hoje a CPLP são muito antigos e foram estabelecidos em Língua Portuguesa (LP) ao longo de mais de cinco séculos de História.

Inicialmente, o português era uma língua de navegadores, mercadores e missionários, mas hoje é a língua oficial dos oito países-membros da Comunidade (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-leste), facto que faz com que actualmente a Língua Portuguesa constitua um património comum a cerca de 240 milhões de falantes.

Face ao exposto, pode dizer-se que, antes da criação da CPLP, a comunidade “já existia informalmente, fruto do relacionamento que se estabelece entre os sete” (Braga, 1999, p.26), ou seja, tratou-se, apenas, de a institucionalizar, de modo a dotá-la de estruturas que permitam explorar melhor as potencialidades.

Antes de iniciar o estudo da CPLP, convém dizer que, no concerne à designação, há quem – como Santos Neves – preferisse que a mesma se denominasse “Comunidade Lusófona ou Comunidade dos Povos Lusófonos, porque qualquer destas é mais abrangente que a actual.” (Machado, 2008, p.58)

1.1. A Formação

A idéia da criação de uma comunidade de ou dos países da língua portuguesa, como acabou de ser referido, não tem nada de novo, pois o sonho de unificação dos povos lusófonos já estivera presente nas mentes de vários pensadores que “bebiam inspiração em Agostinho da Silva e outros sonhadores da lusofonia, como Adriano Moreira, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Joaquim de Carvalho” (Pinto, 2005, p.347). No entanto, essa criação só seria possível depois do encerramento do ciclo colonial português, quando as relações passaram a ser entre iguais.

Então, até como forma de amenizar os sofrimentos derivados do relacionamento colonial, “ só uma reflexão conjunta, séria e sem imposição de pontos de vista, ou seja, num plano democrático em que a liderança não é pertença apenas dos mais desenvolvidos” (Pinto, 2005, p.381) podia levar à criação da CPLP.

Os líderes dos países lusófonos queriam que a língua fosse comum e que não houvesse barreiras linguísticas, tanto que, a partir da independência desses países africanos, fora criada uma organização denominada Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Ainda sobre esta questão há que ter em conta que, ao mesmo tempo que a língua se consolida nos países de comunidade onde não constitui língua materna, ela está a conquistar progressivamente espaço de afirmação no mundo regional a que pertencem os PALOP.

Voltando à criação da CPLP, como referiu Corsino Tolentino:¹

“o processo de aproximação dos PALOP, que se estendeu ao Brasil, quando este se democratizou, e a Portugal, à medida que os diferendos coloniais se resolviam, foi uma aproximação natural, através da cultura, dos valores e da solidariedade, e foram esses os elementos profundamente culturais que acabaram por impor aos Estados e aos Governos a criação de algo que representasse, valorizasse e projectasse o património comum.” (Pinto, 2005, p. 497)

Ora, o primeiro passo no processo de criação da CPLP talvez tenha sido dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos então Países da Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney.

¹ Tolentino, C. (2005). Entrevista. In J. F. Pinto. (2005). *Do império colonial à comunidade de língua portuguesa: continuidades e discontinuidades*, p. 497.

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, contando com a preciosa colaboração do saudoso Embaixador Plenipotenciário do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que foi o grande responsável pela criação da CPLP.

O Embaixador Aparecido de Oliveira, um homem visionário, começou, então a trajetória para a criação da comunidade fraterna de países da língua portuguesa, baseada na luta pela democracia, liberdade dos povos, pois o memo declarou que “seria um erro não avançar com propostas que dotem os países que falam o português dos mecanismos necessários para a implantação de um programa de cooperação trilateral entre o Brasil, Portugal e os países de língua portuguesa.” (Oliveira, 1993, p.59).²

Este envolvimento de José Aparecido parece contrariar a tese daqueles que defendiam que “a CPLP está no horizonte brasileiro, mas ainda não é uma opção estratégica imediata, dadas as limitações das trocas comerciais nesta área” (Chacon 2002, p.47). No entanto, talvez não seja bem assim, como se verá ao longo da dissertação.

Para toda a relevância do Brasil na criação da CPLP existem inúmeras razões dentre as quais se salientam o seu imenso potencial económico, o facto de ser uma antiga colónia de Portugal, mas nunca ter tido um contencioso grave com o mesmo e, sobretudo, porque um tal projecto, vindo do Brasil, não podia ser nunca entendido pelos PALOP como neocolonialista.

Ou seja não se tratava, por isso, de “manter o colonialismo, fingido abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses.” (Margarido, 2000, p.76)

Ainda sobre a questão da criação da CPLP, é de ter em conta que, quando se encerrou o ciclo colonial português, os novos países africanos independentes optaram por regimes de partido únicos de inspiração marxista e estavam dependentes dos países comunistas do Leste europeu e da China e que o Brasil, recém-saído da ditadura militar, estava a braços com uma gravíssima crise política, social e económica.

Assim, só depois de terem ocorrido mudanças de sinal positivo, como as mudanças de regime políticos em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os acordos de paz para Angola (Lisboa, 1991) e para Moçambique (Roma, 1992), é que foram abertas novas perspectivas que levaram à criação da CPLP.

² Talvez em rigor do acordo ortográfico devesse ter dito língua portuguesa. Porque expressão portuguesa só diz respeito a Portugal.

Então, Aparecido de Oliveira, que na época era Chefe da Missão Diplomática Brasileira em Portugal, em Março do ano da sua nomeação, encaminhou para o Presidente Itamar Franco a proposta da criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

O Presidente Itamar Franco aprovou a proposta e submeteu-a, por carta, aos seus colegas de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

A partir de então, José Aparecido de Oliveira estabeleceu uma verdadeira cruzada em favor da criação da comunidade e a essa causa dedicou-se com forte sentido de missão desde o início, pois sua primeira iniciativa foi entregar pessoalmente a mensagem presidencial a cada destinatário. Além disso, promoveu várias mesas-redondas para mobilizar a sociedade civil dos vários países para a criação da CPLP.

Como já foi referido, na ocasião foi o Brasil que deu o primeiro passo para a cooperação destes países talvez devido ao enorme número de falantes da língua.

A primeira mesa-redonda ocorreu em 1993, em Outubro, no Rio de Janeiro, seguida de mesas-redondas afro-luso-brasileiras, em Lisboa e uma terceira em Luanda, em Janeiro de 1994, congregando escritores, académicos e outras personalidades.

Relativamente às cimeiras, os seus objectivos foram aprofundar a progressiva afirmação internacional do conjunto de países de língua portuguesa, o qual constituía um espaço descontínuo mas identificado pelo idioma comum.

Em 1995, depois de algumas hesitações, os líderes dos sete países remarcaram a data para a cimeira inaugural, mas antes da mesma ainda houve uma última reunião ministerial em Maputo, em Abril de 1996.

Finalmente, a cimeira ocorreu a 17 de Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa, e ao colocarem as assinaturas sobre a Declaração Constitutiva, os Chefes de Estados declararam que o faziam num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos Estados.

A comunidade nasceu para consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere o que é próprio aos países de língua portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles.

Com a criação da CPLP ficou estabelecida a decisão política em favor da via de cooperação, do fortalecimento dos vínculos culturais forjados pela língua comum, mediante uma política linguística compatível.

A CPLP só foi possível devido aos fortes laços históricos que unem os seus povos, assim como os respectivos valores culturais consubstanciados num idioma único e a própria dinâmica civilizacional que ocorre entre os membros da comunidade que têm hoje laços importantes com as suas diásporas, as comunidades de emigrantes ou descendentes de emigrantes em muitos os países e em quase todos os continentes.

Como já foi referido, a língua, que é talvez a principal razão de unidade entre os povos lusófonos, foi definida como um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizado pois é um meio privilegiado de difusão cultural dos povos que falam português.

De facto, o português tem potencial para se tornar uma língua internacional, com os seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista, ou, dito de outra forma, o uso da língua alarga-se à coexistência das culturas, dos povos, à capacidade do poder criativo dos homens das letras e das artes e faz aumentar a diversidade de falas que é própria a todo falante, pois a língua é viva.

Mas, entretanto, deve ser feita uma ressalva neste ponto, pois a CPLP não deve ser uma comunidade só voltada para língua. Há que se ter em conta outros interesses pois Pinto (2004, p.381) levantou uma questão pertinente: “insistir na visão da CPLP como comunidade apenas de língua, ou exigir-lhe acções que ultrapassem claramente os seus objectivos e não tenham em conta a realidade global, parece, no primeiro caso redutor e, no segundo uma ambição retórica.”

Daí a importância da CPLP, pois ela é considerada um pólo de integração dos países-membros nas questões pertinentes da cooperação e do intercâmbio cultural entre os povos, na preservação das identidades culturais e linguísticas regionais como contributo para a conservação do património humano universal que é a língua portuguesa.

Ou seja, há que se ter em mente que a comunidade foi cimentada na História de vários povos, num viver comum e no factor primordial que os liga que é a língua portuguesa.

Então, dito por outras palavras, a CPLP está presente em todos “os continentes pode e deve representar como que uma ponte de entendimento” (Machado, 2008, p.46), embora não se lhe possa nem deva exigir a materialização de projectos que estão para além das suas capacidades.

1.2. Estrutura da CPLP

Nos estatutos aprovados pela I.^a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP foi definida como “o fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros”, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e inter-parlamentar.

Ainda, de acordo com esses estatutos, os objectivos cometidos à CPLP são três:

- A concertação político-diplomática entre os seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, isto é, os da educação, saúde, ciência, tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação;
- A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Para atingir esses objectivos, a CPLP contava inicialmente com quatro órgãos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo.

No entanto, no decorrer do percurso, os líderes acharam por bem acrescentar órgãos, ou seja, para que as coisas funcionassem melhor foi necessário proceder a reformulações.

Então, a estrutura da CPLP foi ganhando uma maior complexidade com a entrada para os seus órgãos das Reuniões Ministeriais Sectoriais e da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, em 2002, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa em 2005 e da Assembleia Parlamentar em 2007.

Além disso, desapareceu a figura de Secretário-Executivo Adjunto e surgiu a de Director-Geral.

No ponto que se segue procura-se explicar a composição e a função de cada um desses órgãos, começando – até por uma questão cronológica – pelos iniciais.

1.2.1. Os Órgãos Iniciais e Suas Funções

De acordo com os estatutos, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da CPLP, pois cabe-lhe definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP.

Além disso, é da sua competência adoptar os instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos estatutos podendo, no entanto, delegar este poder no Conselho de Ministros e criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP. Por isso, a entrada de novos órgãos depende da aprovação da Conferência, a qual também, deve eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos, e, ainda eleger o Secretário-Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos, e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-membros e não admira que seja o órgão máximo da organização, uma vez que dele fazem parte os principais decisores de cada um dos membros.

Quanto ao Conselho de Ministros, é constituído pelos Ministros dos Negócios e Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito Estados-Membros.

A designação deste órgão é passível de confusão, pois, por influência da política interna de cada membro, quando se fala de Conselho de Ministros é normal que se pense no Governo, situação que não corresponde à realidade.

Trata-se de um órgão cujas competências apontam para a coordenação e supervisão das actividades da CPLP, como a aprovação do orçamento, mas também para o apoio à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, designadamente no que diz respeito à formulação de recomendações em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP e a indicação do candidato para o cargo de Secretário-Executivo.³

Este apoio à Conferência pode manifestar-se, ainda, na realização de tarefas que lhe forem confiadas pela Conferência.

Sempre que o Conselho de Ministros entender necessário deverá convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP.

O terceiro órgão, o Comité de Concertação Permanente, é constituído por um representante de cada um dos Estados-membros da CPLP e tem por função acompanhar

³ Nos estatutos iniciais o Conselho de Ministros também indicava o nome da personalidade que deveria ocupar o lugar de Secretário-Executivo Adjunto, cargo que já não existe.

o cumprimento pelo Secretário-Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.

Na fase inicial, competia, ainda, ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP – que não fazia parte dos órgãos da CPLP – de forma a assegurar a sua concordância com a orientação política geral da organização.

Finalmente, a CPLP dispunha de um Secretariado-Executivo, dirigido pelo Secretário-Executivo, o qual funcionava como rosto da comunidade.

O Secretário-Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados-membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-membros, por ordem alfabética crescente. No final do mandato, o Estado-membro cujo representante nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo tem a possibilidade de apresentar a sua recandidatura para mais um mandato de dois anos.

O Secretário-Executivo era coadjuvado por um Secretário-Executivo Adjunto e, actualmente, é apoiado por um Director-Geral, situação que aponta para o facto de, com o passar do tempo, os estatutos terem sido objecto de revisões e, por isso, terem surgido novos órgãos, logo a partir da IV Cimeira de Chefes de Estado de Brasília em 2002.

É esse estudo que vai ser feito no ponto seguinte.

1.2.2. Os Novos Órgãos: Pertinência e Funções

Foi a Cimeira de Brasília em 2002 que procedeu à primeira alteração estatutária com a introdução de dois novos órgãos: a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais. Interessa saber a razão dessa alteração e, por isso, importa verificar as funções que foram atribuídas a cada um desses novos órgãos.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, de acordo com o artigo 19.º dos Estatutos, tem como competência assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP.

Trata-se, assim, de um órgão destinado a fornecer assessorias relativamente a um dos sectores ou pilares importantes da CPLP – a cooperação. Por isso, foi em claro reconhecimento desta importância que o Conselho de Ministros integrou a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação como órgão da CPLP.

Quanto às Reuniões Ministeriais, coordenam, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

Com a introdução destes dois órgãos, a Conferência pretendia que a CPLP ganhasse um maior grau de competência nestes domínios específicos.

Entretanto, o X.º Conselho de Ministros, realizado em Luanda em 2005, integrou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que, como já foi dito, fora criado ainda antes da cimeira que serviu de berço à CPLP.

Apesar dessa integração como órgão, a sua função é a mesma, ou seja, encontrar caminhos para a promoção da Língua Portuguesa, mas dar-se-á uma maior atenção a este assunto no capítulo seguir.

No que concerne, ao Director-Geral, cargo criado na Cimeira de Bissau de 2006, o mesmo serve para substituir o anterior Secretário-Executivo Adjunto de forma a evitar dificuldades ou problemas como aqueles que ocorreram durante o mandato de Dulce Maria Pereira e que levaram a que, por incompatibilidade entre a então Secretária-Executiva e o Secretário-Executivo Adjunto, os mesmos tivessem pastas separadas.

Por isso, foi decidido criar um cargo que não é de nomeação por qualquer Estado-membro, mas que é preenchido através da contratação por concurso público e que exige a aceitação da subordinação às orientações do Secretário-Executivo.

Na verdade, como estipula o Art.º19.º, o Director-Geral “é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-Membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período”, mas é “responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente de Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados acabo pelo Secretariado”.

O primeiro Secretário-Geral foi Hélder Jorge Vaz Gomes Lopes, oriundo da Guiné-Bissau, mas importa voltar a frisar que este país não foi responsável pela contratação.

O mais recente órgão que se passou a fazer parte da CPLP é a Assembleia Parlamentar da CPLP, instituída pelo XII.º Conselho de Ministros, que decorreu em Novembro de 2007, em Lisboa.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países⁴.

Enfim para que a comunidade se expanda e se empenhe, nomeadamente, na promoção e divulgação da língua portuguesa, acção que corresponde a um dos seus objectivos, a responsabilidade não pode ser de apenas um ou de alguns, mas sim de todos os seus membros e, por isso, a CPLP deve continuar atenta à necessidade de rever os seus estatutos, sempre que tal se mostre pertinente.

1.3. A Díficil Afirmação

A CPLP é uma instituição que surgiu na década de 90 do século passado, contou com apoio e empenho de vários países-membros e que tem como objectivos tornar a língua portuguesa uma língua universal, promover a concertação político-diplomática para que os povos lusófonos falem a uma só voz e incentivar a cooperação para o desenvolvimento de forma a que os países-membros menos desenvolvidos possam melhorar o seu nível de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Porém a instituição passou por um processo crítico para sua afirmação. Assim, embora entre os membros houvesse quem ponderasse as vantagens da reconstrução de um espaço histórico-cultural comum, partilhado e enriquecido com as contribuições de todos os povos que falam o português, com variantes e sotaques diverso e experiências culturais próprias, alguns PALOP viviam um pós-guerra e estavam muito fragilizados como, por exemplo, Angola e Moçambique, que tinham sido palcos de guerras enquadradas na lógica da «guerra fria».

Além disso, os sete países fundadores não atribuíam a mesma importância aos três pilares que tinham sido escolhidos para servir de suporte à comunidade, pois as realidades internas revelavam uma considerável heterogeneidade.

Assim, foi difícil afirmação da CPLP, embora não se deva esquecer aquilo que de positivo a organização foi conseguindo.

Ora, no que concerne aos aspectos positivos da acção da CPLP, segundo Pinto, (2005, p. 396), a organização desempenhou “um papel importante na mediação das

⁴ Informação obtida em [www. CPLP.org](http://www.CPLP.org). Acedido em 24-08-10

situações de crise política na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe e na luta pelo reconhecimento do direito de Timor Leste à autodeterminação”.

No que se refere a Timor-Leste foi importantíssimo que a CPLP tivesse consciência de como era fundamental trazer Timor-Leste para a comunidade, este “conjunto extraordinário de países que a língua portuguesa uniu e a diversidade cultural enriqueceu”, nas palavras de João Lourenço Médicis, recolhidas por Pinto (2005, p.16).

Há quem compartilhe do mesmo pensamento de Pinto e considere que a Guiné-Bissau vive numa grande “ instabilidade política, com constantes golpes de estado, com uma ingerência enorme do poder militar no poder político com as consequências que daí advém, donde a democratização é incipiente e o desenvolvimento praticamente inexistente” (Machado, 2008, p.165) e que o facto de pertencer à CPLP pode vir a ser determinante para a estabilidade política do país.

E ainda há outros que seguem a mesma linha de raciocínio, como Alves (1998, p.83), ao referir que “a cimeira da Praia viu na grave crise institucional guineense, que havia revestido características de guerra civil com riscos de internacionalização, um sério mas estimulante desafio para a afirmação da CPLP.”

No caso desta crise na Guiné-Bissau⁵ ficou decidido que os Estados-membros constituiriam um Grupo de Contacto ao nível de Ministros dos Negócios e Estrangeiros e Relações Exteriores dos Seis – todo menos o próprio país conflagrado – com a finalidade de explorar as adequadas vias diplomáticas para pôr termo ao conflito.

Porém, retomando a questão que se prende com a dificuldade da afirmação da CPLP, ou seja, os aspectos negativos, há um outro elemento muito relevante e que se prende com o facto de os seus membros não terem conseguido chegar ao consenso desejado para a escolha do líder da comunidade, pois se não houver um bom líder os seus liderados não vão a lugar algum.

Ora, atendendo ao papel desempenhado pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira na formação da CPLP, era de prever que lhe fosse confiado o cargo de Secretário-Executivo da organização, mas tal não aconteceu porque foi invocado, à última da hora, um critério alfabético que entregou a Angola a indicação da personalidade para o cargo.

⁵ Desde a formação da CPLP na Guiné-Bissau já ocorreram várias crises político-militares.

As dificuldades de implementação da CPLP remontam a esse momento porque se desperdiçou a experiência de Aparecido de Oliveira, que morreria sem nunca ter ocupado o cargo e sem nunca esquecer a organização em cujo futuro sempre acreditou.

No entanto, feita esta ressalva que remonta à origem da comunidade, importa referir que continua a haver esperança, pois o sonho de Aparecido e seu esforço não foram totalmente em vão, embora mereçam uma maior atenção, uma aposta que leve em consideração um factor que não deve ser esquecido e que se prende com o facto de a Lusosfera representar cerca de “230 milhões de pessoas que falam, escrevem e pensam em português [e que] e são 230 de consumidores” (Machado, 2008, p.85).

Por isso, há que rentabilizar o activo, pois “dificuldades não faltam, é natural, mas o património cultural de que dispomos, alicerçado por um a língua de cultura que é a terceira mais falada do Ocidente, representa uma força catalisadora de valor e significado inestimáveis.” (Pinto, 2009, p.214)

Capítulo 2 – O Pilar da Língua: o ILLP

“ Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra.”

Mahatma Ghandi

A língua portuguesa tornou-se materna no Brasil e oficial nos PALOP, coabitando com outros idiomas locais, podendo, simultaneamente, assumir o papel de favor de coesão, unidade e identidade nacionais.

Como a língua portuguesa é muito rica, a grande maioria de seus falantes sente-se na responsabilidade de aprender mais acerca da mesma, pois, ao mesmo tempo que desempenha a função de veículo para a transmissão de conhecimento, ela serve de instrumento de integração e é um meio de apoio na articulação entre os seus falantes para que estes venham a ter uma maior sociabilização.

Importa, além disso, saber encontrar caminhos que olhem a língua portuguesa como “língua estratégica no Mundo globalizado [e que] promova a intensificação de cooperação linguística baseada no diálogo intercultural.” (Boal, 2001, p.23)

Ora, neste aspecto, o aparecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa traduziu, naquele contexto histórico, a percepção comum dos sete países que o IILP era instrumento importante na valorização da língua, ou seja, de um elemento que, apesar da falta de contiguidade geográfica dos países, os unia.

Assim, ao reunirem-se, os Ministros dos sete países lusófonos deliberaram e reafirmaram a importância de o Instituto ser juridicamente enquadrado tendo em vista as políticas educacionais e culturais dos sete países: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe no que tange à promoção e difusão da língua portuguesa e à cooperação entre ela e as outras línguas nacionais, reconhecida que é a atitude não glotofágica da língua portuguesa.

Aliás, a presença significativa de presidentes na reunião de São Luís do Maranhão veio somente demonstrar o reconhecimento e a importância da projecção da língua portuguesa, pois a mesma é uma das mais faladas em todo o mundo.

Além disso, o português é, hoje, uma língua cada vez mais capaz de transmitir sentimentos, saberes e sabores diversos, que consubstanciam os sonhos de todos os

lusófonos, pois a língua portuguesa no contexto cultural dos “nossos países, será ela a própria fonte de relatividade, postulando, ou melhor, imprimindo uma relação de complementariedade na medida em que ela pode ajudar a promover a convivência e o desenvolvimento linguísticos.” (Mazula, 2002, p.8)

Além disso, há que levar em conta que a língua “espraiou uma dimensão afectiva e subjaz a qualquer uma das demais dimensões, linguística e cultural, educativa, científica e técnica e económica, política, diplomática e estratégica - e que as facilita.” (Boal, 2001, p.23)

Ainda neste contexto, não se pode deixar de fazer menção ao facto de a difusão, projecção e afirmação de uma língua estarem intrinsecamente ligadas à utilização que dela se faz enquanto instrumento de cultura, da ciência e tecnologia, de veículo no debate das ideias e do seu uso na comunicação social.

Dito de outra forma, a mesma é considerada pluricontinental e pluricultural, pois serve de ligação para o entendimento entre as pessoas, vindo a acrescentar, nas diferentes culturas, a sua inigualável maior riqueza que é a doçura de seus sons próprios e aromas representada nos diferentes espaços entre os actualmente oito países dispersos pelos quatro continentes para que os mesmos se sintam parte realmente integrante e integrada nesta grande aventura que é a promoção da Lusofonia, não somente entre os países lusófonos, mas também no Mundo.

Neste aspecto, convém realçar que a língua portuguesa não é, para a comunidade lusófona, apenas um meio de comunicação porque, como afirmou o Presidente Sarney num dos *Cadernos da CPLP*:

“ela não é apenas um elemento aglutinador para nossas culturas, logo ela é mais que isto, a língua deve ser acima de tudo, o reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural dos povos, vindo a constituir o laço mais forte que vincula entre os povos e celebrando, no dia-a-dia, o património histórico e cultural secular comum”.

Além disso, há que ter em conta que a língua é o veículo para promoção e a cooperação no âmbito da sociedade de conhecimento e da informação, pois através da língua garante-se um «feed back», ocorrendo, assim, a interacção e, conseqüentemente, uma maior integração entre os seus falantes. Para além da importância de ter presente que um falante é também um consumidor e não apenas de cultura.

Essa será outra dimensão que a língua pode potencializar!

2.1 A Fase de Criação do ILLP e as Dificuldades Iniciais

Como foi mencionado, conhecedores da importância da língua portuguesa e da necessidade de promover a sua divulgação, estiveram reunidos os Chefes de Estado do Brasil, de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Acontece que isto só foi possível devido aos fortes laços históricos que uniram e unem estes povos, assim como os respectivos valores culturais – consubstanciados no idioma único – e a própria dinâmica relacional que, na circunstância de então, já voltava a ocorrer entre os membros.

Ora, nessa reunião foi criado em São Luís do Maranhão, em 1 de Novembro de 1989, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa numa iniciativa do então Presidente do Brasil, José Sarney.

No entanto, mais do que uma criação, talvez se deva falar num acordo para uma futura criação porque o processo foi muito demorado.

De facto, na sequência dessa reunião, realizou-se, de 14 a 16 de Dezembro de 1990, em Lisboa, uma outra reunião intergovernamental, sobre a política da língua portuguesa, na qual participaram os Ministros da Educação e da Cultura dos Países de Língua Oficial Portuguesa, tendo sido estabelecido o chamado «Acordo Relativo ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa».

Nesse acordo ficaram estabelecidos os objectivos fundamentais do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, isto é: a promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.

Contudo o Instituto só viria a tornar-se realidade 10 anos após a data que é considerada como a da sua criação, mais exactamente na VI.^a Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países da Língua Portuguesa, realizada em São Tomé no ano de 1999.

Na realidade, foi essa reunião que levou à aprovação dos estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e à escolha da cidade da Praia, na ilha de Santiago em Cabo Verde, para a instalação da sua sede permanente, a qual viria a ser inaugurada em Janeiro de 2005, depois de Portugal ter garantido a reconstrução do edifício que Cabo Verde colocara à disposição da comunidade.

Porém, apesar de toda a pompa e circunstância da criação, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, permaneceu, durante um longo período de tempo,

um grande desconhecido porque não encontrou a sua verdadeira vocação e viveu meio apático e esquecido.

Sendo assim, tornou-se alvo de várias especulações e foram feitas duras críticas acerca da sua eficácia, pois há quem acredite que o seu funcionamento ainda está por acontecer. Isto prova que ele não tinha sido visto com bons olhos por parte de todos e a sua pouca visibilidade veio a desacreditá-lo aos olhos de muitos que tinham saudado a sua criação.

Havia quem acreditasse que a intenção da criação do IILP tinha sido boa, mas a sua acção não era bem sucedida porque dependia da acção concertada e da vontade política de vários, tanto que numa entrevista concedida Lauro Moreira⁶ foi claro ao afirmar que o instituto não tem funcionado, “fundamentalmente por falta de apoio dos países da CPLP” e Pinto (2005, p. 398) afirmou que terá de haver “vontade política de todos os Estados membros.”

Outras vozes também não se silenciaram, havendo uma quase concordância de opiniões quando se trata de denunciar a falta de eficácia do IILP.

Pinto (2009, p.210) foi categórico ao afirmar “entretanto, até hoje, a meu ver, não se encontrou a real vocação do IILP ou não se conseguiu definir uma estratégia adequada para sua actuação.”

Houve mesmo quem fosse mais longe e visse o IILP de uma forma um pouco inusitada - “defunto ou nunca vivo” (Neves, 2000, p.35) – ou como algo que, “incompreensivelmente, se arrasta e enleia em confusões de tarefas e burocracias, e muito longe de assumir a liderança que lhe compete na renovação e actualização da língua, na sua promoção no estrangeiro e no campo científico e técnico.” (Cristóvão, 2008, p.41)

Como se verifica, as vozes críticas são dominantes, embora, como Neves gosta de dizer, as críticas sejam feitas no sentido de pressionar os Estados-membros da CPLP para que dotem o IILP dos recursos para que este, efectivamente, funcione, ou seja, na esperança de que não seja aquilo que se diz dele - um nado-morto.

Aliás, quase todos os analistas são unânimes em considerar que o orçamento do IILP não é suficiente para que este cumpra os objectivos que estiveram na base da sua formação.

⁶ O Embaixador Lauro Moreira desempenhou o cargo de Chefe da Missão do Brasil junto da CPLP e foi considerado pelo Movimento Lusófono Internacional a Personalidade Lusófona de 2009. O prémio foi-lhe entregue na Academia das Ciências de Lisboa, em 8 de Fevereiro de 2010.

De facto, o orçamento era tão baixo que exigiu que dos Estados-membros procedessem a contribuições voluntárias como consta da tabela seguinte:

Contribuições Voluntárias para o IILP em 2002		
País	Contribuição em euros	Contribuição em dólares
Angola	117.456,35	110.000,00
Portugal	19 520,96	20.000,00
Cabo Verde	20 339,70	20 000,00
Brasil	19 293,51	20 000,00

Fonte: *Relatório do Secretário-Executivo, Anexo I, Relatório da Cooperação 2002/2004*, p. 9

São estas verbas relativamente baixas - Angola é a excepção - que ajudam a explicar a difícil implantação do IILP.

Ora, como o IILP ainda não obteve visibilidade, interessa saber o que, para além do referido orçamento, impede essa notoriedade e, por isso, se procede à análise dos órgãos que deveriam pôr em prática um projecto comum.

2.2. Os Órgãos do IILP e as Respectivas Funções

A leitura dos estatutos do IILP⁷ permite saber que os órgãos do instituto são dois: o Conselho Científico e a Direcção Executiva, sendo que a gestão da Direcção Executiva é assegurada pelo Director Executivo, apoiado por um corpo técnico e administrativo adequado a uma estrutura de coordenação simples e flexível.

O Director Executivo do IILP é eleito pelo Conselho de Ministros, obedecendo ao critério da rotatividade alfabética, para um mandato de dois anos, renovável uma vez, pois, no final do mandato, é facultado ao Estado-membro cujo nacional ocupa o cargo de Director Executivo propor a sua recondução.

As funções do Director Executivo podem ser sintetizadas em oito pontos:

- Gerir o IILP, chefiar e coordenar os seus serviços de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho Científico e as orientações do Presidente;
- Propor e apresentar ao Conselho Científico o Plano de Actividades, tendo por base os projectos e programas apresentados pelas Comissões Nacionais dos Estados membros;

⁷ Os estatutos foram alterados ou revistos seis vezes, tendo a mais recente revisão sido feita em 22 de Julho de 2010 em Luanda, durante a XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

- Apresentar propostas sobre as orientações do IILP;
- Submeter ao Comité de Concertação Permanente da CPLP as contas do exercício findo e apresentar a proposta de orçamento para o exercício seguinte acompanhado do respectivo plano de actividades;
- Submeter ao Conselho Científico o Relatório de Actividades;
- Representar o IILP junto dos Governos e Organizações Internacionais;
- Informar periodicamente aos órgãos da CPLP sobre as actividades desenvolvidas pelo IILP;
- Buscar parcerias, contribuições financeiras, doações e outros valores ou bens para a materialização dos Planos, Programas e Acções Pontuais do IILP junto de Instituições Públicas ou Privadas e Organismos Internacionais.

No que concerne ao Conselho Científico, este é constituído por Representantes Governamentais e/ou pelos Coordenadores das Comissões Nacionais de cada um dos Estados-membros e dispõe das seguintes competências:

- Eleger o seu Presidente, o qual é eleito de forma rotativa, para um mandato de dois anos;
- Elaborar e aprovar o seu regimento;
- Apresentar propostas sobre as orientações do IILP;
- Apreciar e aprovar o plano de actividades proposto pelo Director Executivo⁸;
- Apreciar o Relatório, as Contas e a Proposta do Orçamento do IILP;
- Pronunciar-se sobre as propostas de alteração dos Estatutos que lhe sejam submetidas por um ou mais Estados-membros;
- Apreciar qualquer outro assunto de interesse do IILP.

A anterior Directora-Executiva do IILP, a angolana Amélia Mingas, numa publicação da CPLP, referiu-se ao instituto como “esse grande desconhecido”, frase que deixa perceber a sua mágoa pelo esquecimento a que o mesmo tem sido votado por parte dos governos lusófonos.

2.3 Do Balanço à Visão Prospectiva

⁸ www.IILP. Acedido em 24-08-10

Para proceder ao balanço da acção do IILP convém retomar a opinião de Amélia Mingas, a anterior Directora do IILP, que teve uma luta árdua à frente do instituto e se esforçou e dedicou em prol desta causa, embora os seus esforços, face ao que já foi narrado, não tenham surtido o êxito almejado.

Segundo ela, para o IILP obter êxito, é necessário o contributo de todos os seus falantes, ou seja, “para que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, possa levar a bom termo as actividades previstas e constantes do seu plano de acções ele não pode, nem deve, isolar-se ou sentir isolado.” (Mingas, 2006, p.111)

Ainda no que diz respeito ao instituto, Mingas desdobrou-se para levar a cabo os seguintes projectos:

- 1- Formação de Formadores para dinamização da Língua e das Culturas de/em Língua Portuguesa da CPLP e interpretação e tradução;
- 2- A Hora do Conto;
- 3- A Viagem das Plantas
- 4- Feira do Livro em Timor-Leste;
- 5- A Interpretação da Língua e das Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP;
- 6- As Línguas Vivas no Mundo da CPLP;
- 7- Revista Bianual do IILP.

Com a realização destas actividades, o IILP pretendia ganhar visibilidade e contribuir para que os objectivos que tinham presidido à sua criação fossem atingidos.

Assim, «A Hora do Conto» teve como base a situação linguística de três dos Estados-membros - Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste - porquanto existem nesses países línguas locais de expansão nacional pelo que as interacções entre os seus habitantes dispensam, obviamente, a utilização da língua portuguesa.

Este projecto já se iniciou na cidade da Praia, numa primeira fase para crianças do pré-escolar e do ensino primário, mas pretende estender-se a um público mais alargado, integrando pré-adolescentes em actividades com a língua portuguesa.

O projecto «A Interpretação da Língua e das Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP» permitirá saber em que medida as diversas e multifacetadas culturas locais se projectaram na língua portuguesa, criando nela marcas e matizes de tal modo notórios, que permitam, ao primeiro contacto, reconhecer a origem de seus falantes.

Quanto ao projecto «As Línguas Vivas no Mundo da CPLP», o mesmo quer trazer à luz todas as línguas que conviveram e/ou convivem com a língua portuguesa,

contribuindo, assim para o seu esquecimento e consequente adaptação às diferentes situações sócio-culturais que caracteriza a comunidade.

Como foi referido, é muito o que se diz sobre o IILP – menos os prós que os contras -, mas, no que concerne as desejáveis funções do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o que importa é o desenvolvimento, nas comunidades, de uma cultura do multilinguismo que ajude a contrariar as más ideias do senso comum e dê aos falantes um sentido para as suas escolhas, através da informação sobre as realidades e temas tão complexos e ao mesmo tempo tão simples como:

- A equivalência das várias línguas do Mundo (quer sejam dotadas ou não de escrita), do ponto de vista das possibilidades de representação e expressão;
- A possibilidade de qualquer língua tem de vir a ser normalizada e instrumentalizada e ascender a língua oficial;
- Os benefícios do recurso a empréstimos lexicais em áreas referenciais novas a par da criação de palavras novas dentro do sistema;
- A faculdade natural dos seres humanos para encontrarem soluções de comunicação verbal, mesmo em situações de crise linguística como aquelas que dão origem aos pidgnis e aos crioulos;
- As bondades de um multilinguismo precoce e de um multilinguismo funcional, de um ponto de vista linguístico, cognitivo, metalinguístico e social;
- O facto de o desenvolvimento de uma língua nunca se fazer pela atrofia de outras;
- As vantagens do pleno uso das línguas maternas, nomeadamente no ensino.

Relembrando a pouca eficácia do instituto, ele teve sérias dificuldades em se estabelecer na execução das tarefas que lhe eram atribuídas, pois havia e há a falta de autonomia financeira e isto é uma das principais fragilidades do organismo de defesa e promoção da Língua Portuguesa.

Entretanto nestas idas e vindas ocorreu mais uma das reuniões do Conselho de Ministros da CPLP, reunido na Cidade da Praia, na sua XIX.^a Reunião Ordinária, nos dias 19 e 20 de Julho de 2009.

Tendo apreciado o orçamento de funcionamento do IILP para o exercício de 2009, aprovado *ad referendum* pelo Comité de Concertação Permanente, na sua 118.^a Reunião Ordinária no dia 3 de Novembro de 2008, por força do disposto no n.º 4 do artigo 26.º dos Estatutos da CPLP, decidiu ratificar a aprovação do referido orçamento para o exercício de 2009, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 12.º dos

Estatutos da CPLP, no valor de 189.441,87 euros, cujo financiamento será realizado por meio das seguintes contribuições obrigatórias:

Contribuições Obrigatórias para o IILP		
Países	Moedas	Contribuições
Angola	Euros	28.416,28
Brasil	Euros	56.832,56
Cabo Verde	Euros	15.155,35
Guiné Bissau	Euros	15.155,35
Moçambique	Euros	15.155,35
Portugal	Euros	56.832,56
São Tomé e Príncipe	Euros	5.683,26
Timor-Leste	Euros	5.683,26

Fonte: XIX.^a Reunião Ordinária Conselho de Ministros da CPLP

Dos valores do quadro, constata-se que nas doações dos Estados-membros a participação das contribuições de Brasil e Portugal, no orçamento para 2009 são significativas, o que aponta para o facto de, na conjuntura actual, estes dois países parecerem interessados em financiar o crescimento do instituto.

Angola, como país emergente, também contribuiu com uma verba mais elevada que os restantes PALOP e Timor-Leste.

Também o actual Director-Executivo do IILP, o brasileiro, Gilvan Müller de Oliveira, parece apostado na luta para, finalmente, dar visibilidade ao IILP, como demonstra a sua participação no XVI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), de 6 a 9 de Junho de 2011, em Alcalá de Henares ,na Espanha, onde irá abordar o tema “Políticas linguísticas internacionais do português no século XXI.

Capítulo 3 – Da Língua Comum à Lusofonia

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero-me dedicar
A criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furem cores como os camaleões

Gosto de Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim com o amor está para amizade
E quem há-de negar que esta lhe é superior
E deixa os Portugais morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua.
E mais adiante acrescenta:
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria: tenho mátria
E quero fratria.

Caetano Veloso

Caetano Veloso descreveu neste poema, de uma forma muito original e singular, a língua com suas variantes, nuances, regionalismos e dialectos, enfim, as especificidades que têm aproximado os mais diferentes povos nos lugares mais remotos e que serve de motivação para a problemática teórica relativa à Lusofonia, embora convenha frisar que a mesma não deverá ser reduzida a uma dimensão linguística.

3.1. A Definição dos Conceitos

3.1.1. Conceito de Língua

Desde os primórdios que a língua faz parte da existência humana como forma de comunicação e interacção entre seus falantes. A título de exemplo, refira-se que a Bíblia em Gn (11.1) relata “e era toda a terra duma mesma fala.”

Entretanto, ao fazer uma retrospectiva sobre a genealogia da língua, no que concerne ao português, convém reconhecer que nasceu no Noroeste da Península Ibérica e que cresceu para o Sul.

Séculos mais tarde, a língua deixou as pequenas terras de Portugal onde era falada e passou a ser a língua de comunicação dos navegadores e descobridores das caravelas e naus que saíram pelos mares fora no período da aventura da expansão.

Assim, esses aventureiros foram semeadas palavras nas duas costas de África e a língua portuguesa adentrou o Oceano Índico, passou pelo estreito de Malaca e ganhou os mares da China. Aí chegada, saiu dos navios e das praias para expandir-se em terra firme, acabando por consolidar-se num imenso espaço territorial que é dos mais amplos do mundo.

Para alguns países – Portugal e Brasil – ela é tida como língua materna, ou seja, a língua adquirida por um falante na primeira infância, mas para outros países lusófonos: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, trata-se da língua oficial ou, dito de outra forma, como uma escolha, um “acontecimento passível de ser descrito, como um traço no encadeado das narrativas que articulam a história dos povos que utilizam a língua portuguesa.” (Madeira, 2003, p.13)

E fala-se o mesmo idioma com invulgar unidade, uma unidade que se sobrepõe aos regionalismos que, porém, o enriquecem e que o tornam, sem qualquer esforço, naturalmente compreendido por todos os que o falam em regiões tão distantes.

Assim, uma língua que “inicialmente é um conjunto de dialectos provinciais (galego-português) passou a língua de nação e depois a veículo de império, hoje é língua transnacional e transcontinental”⁹ e, como consequência disto, a cada dia vai-se aprimorando mais o conhecimento acerca da mesma, que está dispersa por várias partes do mundo e conta com os seus milhões de falantes com suas particularidades.

Ainda neste aspecto, no que diz respeito à língua, o seu conceito não é unívoco entre os diversos estudiosos.

Segundo Saussure (1992, p.34), a língua “é ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício da faculdade.”

Em seu dicionário, Aurélio definiu a língua com sendo “o conjunto das palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação e o conjunto de regras de sua gramática, idioma.”¹⁰

Entretanto a língua, transformou-se num ponto de encontro e de partida gerando um “espaço privilegiado em que optamos livremente por um viver comum.” (Alves, 2000, p.174)

⁹ (*Dicionário temático da Lusofonia*, 2005, p.607).

¹⁰ (*Novo dicionário Aurélio século XXI*, 1999, p.1217).

Como foi referido, a língua é viva e, por isso, é mutável porque como constitui um factor essencial para a comunicação sofreu fortes influências e transformações, mas, nem por isso, qualquer pessoa ou povo se pode considerar o seu dono. A língua pertence a quem a fala.

Na verdade, embora a língua tenha nascido em Portugal, os portugueses não podem ser considerados os seus donos, mas sim seus divulgadores e condóminos.

Entretanto, também não se pode tirar o mérito a Portugal, pois é louvável a sua importância para o crescimento dos demais países onde “a nação é feita com a língua portuguesa e todas as culturas que nela se fizerem.” (Barcellos, 2004, p.20)

Há que ter em conta, ainda neste aspecto, que o português é também língua oficial e “de trabalho ou de tradução de organizações internacionais como a ONU, a UNESCO, a OUA (Organização de Unidade Africana), para além de ser língua de milhões de emigrantes espalhados pelo Mundo.” (Cristóvão, 2008, p.192)

Então, Pinto (2005, p.291) fala de “um Império alicerçado na língua, uma forma de estreitar laços comuns e de cooperar para poder ter uma palavra a dizer no Mundo Globalizado.”

Na realidade, a língua foi imprescindível na criação da Lusofonia, pois subentende-se que ela foi a protagonista, uma vez que a “Lusofonia e a Língua Portuguesa são indissociáveis.” (Machado, 2008, p.105)

Como prova disto, o resultado desta miscelânea cultural veio servir de elo entre os oito países lusófonos, pois, apesar de sete dos mesmos no passado terem sido colónias de Portugal, isso não impediu que fortíssimos vínculos, acordos e formas de cooperação viessem a estar inseridos no contexto, tornando-se parte integrante e colaborando na constituição da Lusofonia.

3.1.2. Conceito de Lusofonia

Ao falar-se em Lusofonia, um estudo feito por Pinto em 2009 ele atribui a Fernando dos Santos Neves como o criador do conceito, há que ter em consideração que os seus fundamentos tiveram por base o contributo do ilustre Agostinho da Silva, juntamente com as ideias de Vieira, Sílvio Romero e Fernando Pessoa entre outros.

A obra de Agostinho da Silva, no projecto da construção da Lusofonia, foi de suma importância, pois ele foi considerado como “o último apóstolo ungido.” A expressão que aponta para a admiração por seu humanismo.(Moreira, 2004, p.08)

Cristóvão (2008, p.29) não tem dúvidas que “a idéia de Quinto Império de Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva revela um sonho utópico”, mas que a Lusofonia pode e deve ser um projecto de futuro.

Retomando o conceito de Lusofonia, há muito que se diga, pois as opiniões divergem entre os teóricos que são peritos no assunto havendo, assim, várias interpretações sobre o termo.

A Lusofonia pode exprimir essa totalidade de falares diferentes, “de expressões linguísticas, lexicais, fonéticas e sintácticas que confere sentido inteligíveis, intercomunicáveis, para um e outros” (Madeira, 2003, p.26) porque uma das preocupações da Lusofonia é a de que se voltem para as questões pertinentes, como a língua, para o seu enriquecimento, defesa, difusão e ensino, pois “a Lusofonia, é uma questão de língua.” (Neves, 2005, p.410)

A palavra Lusofonia é vista como neologismo porque segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa*, a Lusofonia é “1-S.f (neol) conjunto dos países em que o português é a língua oficial, ou dominante, o falar português.”¹¹

Segundo o *Dicionário temático da Lusofonia*, a mesma é “uma realidade e crescimento, todos os dias a partir daquilo que, em qualquer fonia, é básico e essencial a comunicação e o diálogo, que aproximam as pessoas e as instituições.”¹²

E Sérgio Elia descreveu-a num aspecto diferente, dando-lhe a seguinte nomenclatura:

1. Lusitânia Antiga – Portugal;
2. Lusitânia Nova – Brasil;
3. Lusitânia Novíssima – PALOP (a que pertence também actualmente Timor-Leste);
4. Lusitânia Perdida – Goa, Macau e antigas possessões portuguesas em África e na Ásia;
5. Lusitânia Dispersa – Comunidade de migrantes espalhados pelo Mundo¹³.

Entretanto Neves (2000, p.149) foi um pouco mais além no seu conceito referido anteriormente ao afirmar que “a única Lusofonia que interessa é a Lusofonia que definitivamente rima com Ecumenismo Universal.”

¹¹ (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 2007, p.492).

¹² (*Dicionário temático da Lusofonia*, 2005, p.652).

¹³ Cf. (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP], 2006, p.135).

A leitura feita por Madeira (2003, p.14) nos seus estudos leva a que o termo Lusofonia surja associado a uma outros conceitos “(nações/comunidades/povos; identidade/cultura; língua materna/língua oficial).”

Numa perspectiva global, Lourenço (1999, p.181) afirma que a Lusofonia “vai muito além da definição de comunidade baseada na partilha de uma língua comum” e serve para “que nos sintamos menos sós e sejamos visíveis nas sete partes do Mundo”.

Em sentido oposto, há quem recuse que a Lusofonia seja “apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta operação teria se espalhado generosamente pelo Mundo fora.” (Margarido, 2000, p. 12)

Como é sabido, Alfredo Margarido não comunga da ideia de uma Lusofonia ecuménica e desinteressada e considera que a mesma não passa de uma invenção para assegurar aos portugueses uma posição de proeminência que perderam com o encerramento da fase imperial.

Em contrapartida, outro estudioso da questão, Fernando Cristóvão, afirmou que a Lusofonia não representa “uma operação neo-colonialista e sim resulta da vontade conjunta de Portugal, do Brasil, e dos países africanos que foram colónias portuguesas.” (Cristóvão, 2008, p.32)

Cristóvão considera que é possível identificar a Lusofonia como algo que pertence a todos os que utilizam o português como veículo de comunicação, sendo, por isso, a forma de expressão cultural de vários povos.

Haja em vista que a Lusofonia é a relação entre as diferentes culturas e, sendo assim, não pode abolir as fronteiras políticas nem deve excluir as diferenças culturais que servem para alargar o espaço multicultural.

Nesta perspectiva, poder-se-á afirmar que “não é pois a Lusofonia uma forma de neocolonialismo cultural, é uma pátria comum onde as diferenças se completam.” (Cristóvão, 2008, p.109)

Retomando a Alfredo Margarido (2000, p. 12), o mesmo complementou a sua posição com uma dura crítica: “a criação da Lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro.”

Há ainda um aspecto a ter em conta, pois o conceito de Lusofonia aplicado “aos países africanos de língua oficial portuguesa, não deve perspectivar-se com as mesmas conotações que para a Galiza, Portugal e o Brasil, dada a realidade de cada país.” (Fontenla, 1989, p.83)

Ainda neste aspecto, ratificando a ideia de que a Lusofonia tem suas realidades distintas, Cristóvão (2008, p.128) defende que as diferentes realidades de vários países lusófonos “os forçam à dependência económica e política em relação a países da Anglofonia e Commonwealth, e da Francofonia.”

De facto, a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde estão numa zona dominada pela francofonia e Moçambique mantém uma ligação e alguma dependência em relação a África do Sul e à Commonwealth.

Talvez seja também por isso que a consolidação da Lusofonia se faz de modo lento.

Porém, Pinto (2009, p.46) faz uma ressalva, pois considera que de facto a Lusofonia não foi institucionalizada “para se opor à Francofonia, à Anglofonia ou qualquer outro bloco assente na língua e na cultura.”

Ainda há que ter em conta que a ideia de Lusofonia foi descrita por alguns como algo que ainda não aconteceu realmente. Por outras palavras, ela foi tida como um sonho utópico, pelo menos enquanto não houver uma forte aposta do Brasil porque “a Lusofonia ou será brasileira ou nunca será; o Brasil ou será lusófono ou nunca será [e] como a Lusofonia ainda não é brasileira e como o Brasil não é lusófono, nem uma nem outra ainda simplesmente foram nestes 500 anos.” (Neves, 2005, p.409).

Lourenço (2004, p.179) tem uma forma estranha de afirmar a autonomia do Brasil em relação ao projecto da Lusofonia: “o Brasil pode dispensar-se de nos ver ou de contar connosco, pois também há muito nos dissolveu, mesmo que não se dê conta disso, na sua própria substância.”

Então, com o passar do tempo continua a não se chegar a um consenso sobre o termo Lusofonia, situação que aponta para que o processo ainda se encontre em fase de construção com seus avanços e recuos devido ao facto de a língua ser viva e, por isso, se encontrar em constante mutação.

Como Madeira (2003, p.13) defende, “trata-se de uma noção em construção cujo significado só muito recentemente se estabilizou no léxico.”

Em concordância com a ideia de Madeira encontra-se (Pinto, 2005, p.291) que se refere a “uma identidade em construção.”

Ainda neste ponto, dado que a Lusofonia está em construção e não está sendo bem difundida por muitos lusófonos, a responsabilidade é deles próprios, pois muitos lusofalantes não sabem ao que o termo se refere. Por isso, Cristóvão (2008, p.133) tem razão quando diz que “as maiores culpas de não ser reconhecida a verdade da

importância e expansão da Língua Portuguesa e da Lusofonia” se devem “atribuir aos próprios lusófonos, que muito pouco fazem para reivindicarem os seus direitos em *fora* internacionais.”

A Lusofonia deverá ser entendida “não só nem sobretudo como questão linguística mas sim uma questão político estratégica [pois] a Lusofonia é um projecto ou uma questão estratégia comum de Desenvolvimento Humano sustentável e de Espaço Geopolítico Próprio no globalizado Mundo contemporâneo.”¹⁴

Logo, convém ter presente que a “globalização veio dar uma força a actualidade a um conceito de Lusofonia, baseado em raízes culturais” (Alves, 2000, p.420), pois, como Machado (2008, p.57) lembra:

“A Lusofonia ultrapassa as fronteiras geográficas dos países lusófonos e abarca as diversas e respectivas comunidades em diáspora, espalhadas pelas diversas partes do mundo, todas as populações que falam o português em outros espaços geográficos como sejam Goa, Damão, Diu e Macau que, apesar do nada que se tem feito para manterem a sua Lusofonia, teimosamente e apenas por mérito próprio de a sê-lo.”

Algumas iniciativas têm sido tomadas pelas várias comunidades de emigrantes e luso-descendentes para promoverem a Lusofonia e até foi criada uma organização, a Associação dos Comitês Olímpicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ACOPOLOP), que organizou os Jogos da Lusofonia, uma iniciativa de assinalável valor, não só pelo lado lúdico, mas “como uma forma de interacção entre os seus milhares de falantes do português espalhados em várias partes do globo.” (CPLP, 2006, p.136)

É essa interacção que torna pertinente que nesta dissertação se fale dos três círculos da Lusofonia criados por Fernando Cristóvão.

O primeiro círculo da Lusofonia é composto pelos oito países que têm o português como língua materna, oficial ou de património e regiões que pertencem a outros países e culturas, mas, com os quais alguns dos hoje países lusófonos partilham ou partilharam a Língua e a História.

O segundo círculo concêntrico, que envolve o primeiro, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contacto ente si e com a língua comum. Contacto esse que, através do diálogo e do intercâmbio, promove e enriquece cada uma dessas línguas e culturas, tornando-as conhecidas e estudadas em âmbito mais vasto que o regional ou sectorial.

¹⁴ www.seminário.pt. Consulta efectuada em 9 de Maio 2008.

O terceiro círculo, também concêntrico mas mais amplo, é formado pelas instituições, grupos e pessoas não pertencentes a países e regiões lusófonas, mas que mantêm com a língua comum, e as línguas e culturas dos oito países um diálogo de erudição, de amizade, simpatia e interesses vários.

A este terceiro círculo pertencem os investigadores, professores e alunos dos vários graus de ensino em países não lusófonos espalhados pelo Mundo, os familiares e convivente dos emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos, de países não lusófonos. São grupos, instituições e pessoas de uma qualificação especial, de outros interesses e culturas que se interessam pelos lusófonos.¹⁵

Sendo assim, a importância da diversidade cultural, a miscigenação das raças, indiferente da classe social, ou credo, pois é nesta diversidade que consiste o progresso cultural, são as características da Lusofonia, apesar de nem sempre ter sido assim porque quando “três grandes raças se misturaram, brancos, ameríndios e negros, não era vista com bons olhos pelo racismo branco, dado que, nos mestiços são gente inferior, incapaz degenerada.” (Cristóvão 2008, p.122)

No entanto, foi baseado nesta diversidade, que surgiu o primeiro estudioso a criar uma teoria sobre essas relações – o lusotropicalismo – produto das observações do sociólogo Gilberto Freyre cuja obra é reconhecida internacionalmente e que tem sido motivo de estudos e discussões até nos dias actuais.

Aquilo que Freyre já havia profetizado há anos – as lutas de culturas contra culturas – na actualidade se está concretizando e dando razão à profecia gilbertina:

“há perigos reais. Não perigos de nações contra nações estes são transitórios nem de Estado contra Estado estes são ainda superficiais; e sim os perigos de culturas contra culturas; sim, as ameaças se imposição violenta da parte dos grupos tecnicamente ainda fracos, de valões de cultura e de formas de organização social, dentro das quais os povos menores de achatariam em vassallos dos vencedores, ou por serem mestiços, ou por serem considerados corruptos, ou por isto, ou por aquilo.” (Chacon, 2002, p.10)

Entretanto, voltando à teoria de Freyre, Pinto (2005, p.299) considera que “não havia culturas superiores ou inferiores, mas apenas culturas diferentes e essa posição de relativismo cultural foi a dimensão teórica do lusotropicalismo.”

Um aspeto que faz ressaltar a importância da obra de Freyre, prende-se com as palavras proferidas pelo então Presidente de Portugal Mário Soares ao referir que “Portugal independentemente de regimes, ou independentemente de credos políticos

¹⁵ Cf. (*Dicionário temático da Lusofonia*, 2005, pp. 654-655).

está com Gilberto Freyre e compreendendo a grandiosidade de sua obra e sua importância para Portugal, para o Brasil, e para aquilo que nós podemos chamar de a nossa unidade linguística.” (Margarido, 2002, p.50)

E ainda neste ponto Neves (2005, p.408) assegura a importância do Brasil para a Lusofonia porque, como já foi dito, para ele, “sem o Brasil não haverá Lusofonia.”

Sendo assim, a Lusofonia não se esgota no uso da língua, mas diz respeito a tudo o que o diálogo por ela possibilitado e facilitado proporciona na aproximação dos países, na Economia, na religião, no desporto e em todos os alinhamentos, nomeadamente no político.

Por outras palavras a Lusofonia é o espaço onde as diferentes culturas lusófonas se encontram e se afirmam num viver comum na sociedade.

Quanto às dificuldades de afirmação da Lusofonia convém ter em conta as realidades dos países lusófonos e frisar que se trata de “uma construção extraordinariamente difícil e um espaço geolinguístico altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma história partilhada.” (Martins, 2006, p.09)

Porém, a Lusofonia acabará por se tornar uma mais-valia para “África, para América para Ásia para a Oceânia e uma forma dos diversos países se afirmarem.” (Machado, 2008,p.221)

As palavras de Vergílio Ferreira em Bruxelas, a 9 de Outubro de 1991, por ocasião da entrega do Prémio Europália da Comunidade Europeia, dizem tudo:

“Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, cómoda de outros se ouvirá o da floresta ou do silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a nossa inquietação.”

Ora, foi esse mar que serviu de estrada para a construção da Lusofonia.

3.2. As Relações Lusófonas

É facto que não se pode ignorar que Portugal foi quem descortinou e desbravou as terras e os mares nunca dantes navegados para que hoje a grande Humanidade viesse a tornar-se tão próxima de forma a poder partilhar as suas diversas culturas.

Ressalta-se, desde já, que os laços sócio-culturais e linguísticos existentes no Mundo Lusófono, particularmente entre Portugal e o Brasil, foram construídos ao longo de vários séculos, são consolidados quotidianamente entre os países ditos como irmãos e têm sido indispensáveis para os acordos existentes porque “é na cultura tecida no tempo histórico, é na herança do passado e do presente, é na apreciação e estima do rico património cultural comum que se descortinam novos e futuros horizontes.” (Alves 2000, p.57)

Isto é tão concreto que, em concordância com o pensamento de Alves, Agostinho da Silva viu a importância que Portugal proporcionou para o crescimento do Brasil ao afirmar “Portugal tratou o Brasil muito bem quando foi colónia e se não tivessem sido os portugueses, o Brasil não se teria constituído.” (Silva, 1994, p.52)

Então, sendo assim, “não são poucos os que, em um e outro lado do Atlântico, consideram que o Brasil é o maior feito de Portugal.” (Alves, 2000, p.61)

Ora, no que concerne ao Mundo Lusófono, acredita-se que é possível um relacionamento pautado na valorização internacional da língua comum, representando um enriquecimento no processo de cooperação multilateral, ampliando os laços tradicionais dos acordos bilaterais que expressam a dimensão daquilo que a língua portuguesa representa como factor de cultura e de desenvolvimento.

Por outras palavras, a cooperação económica e empresarial do e no espaço lusófono, certamente que pode ser facilitada pelo trunfo que representa a utilização da língua portuguesa para o mundo dos negócios.

Daí ser preciso explorar bem este extraordinário meio de informação para identificar e aperfeiçoar os traços culturais que são comuns e, ao mesmo tempo, preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam, pois existem mais de duzentos milhões de pessoas que podem comunicar entre si na mesma língua e partilhar a imensa riqueza cultural.

Aliás, há que ter em linha de conta que a globalização também poderá fortalecer as relações lusófonas, pois a globalização está relacionada com a criação de uma rede de conexões que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações económicas – mas também culturais – de forma mais rápida e eficiente, tornando, assim,

as novas tecnologias da informação essenciais para o desenvolvimento do multiculturalismo.

E relativamente aos demais países com que Portugal escreveu uma parte considerável da História, “não é uma utopia nem um sonho a aliança Brasil e Portugal, como não será um delírio ver no futuro o Império Português de África unido ao Império Português da América, estimulando pelo espírito da pequena terra da Europa que foi berço de ambos.” (Cristóvão, 2008, p.107)

No que se refere ao Brasil, há que contar que, desde a sua independência e com toda a sua bagagem cultural herdada de outros povos que lá se instalaram - o Brasil recebeu múltiplas influências –, não pode deixar de referenciar Portugal, pois se ele está no patamar que ocupa hoje foi Portugal quem foi seu progenitor, ou seja, “não pode esquecer das raízes e laços que o ligam a Portugal que o formou quase em exclusividade durante trezentos anos.” (Cristóvão, 2008, p.103)

Neste contexto, esta ideia de intercâmbio cultural veio reforçar o conceito de identidade, o qual, “a partir das independências das antigas colónias portuguesas de África, se iria alargar a um quadro multilateral, actualmente formado por oito nações independentes e várias regiões historicamente ligadas a um passado português.” (Cristóvão, 2008, p.101)

Como Chacon (2002, p.81) afirma, Portugal, Brasil e os países lusófonos africanos têm duas fronteiras: a terrestre, respectivamente com a Europa, América Latina e África em geral, mas todos estes países lusófonos dispõem do mar, ou seja, do Oceano Atlântico, “como fronteira recíproca a aproximá-los mais que a distanciá-los”.

Na realidade, o Atlântico surge como o seu espaço comum, une-os, não os separa e articula-os com outros mares e oceanos.

Neste ponto, o autor criou uma imagem muito interessante porque considera que o Oceano Atlântico “desprovincianiza os povos luso-tropicais”, ao evitar o provincianismo do autocentramento, isto é, “que se fechem em si mesmos, seja Portugal como a Europa, Brasil com a Ibero-América, ou Guiné-Bissau, ou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique com seus vizinhos francófonos e anglófonos, Cabo-Verde com a compensação da oceanidade.” (Chacon, 2002, p.81)

Então, sendo assim, com toda esta bagagem histórica “seria um erro não avançar com propostas que dotem os países que falam português dos mecanismos para a implantação de um programa de cooperação trilateral entre Brasil, Portugal e os países de expressão portuguesa.” (Alves, 2000, p.59)

É, novamente, o encarar da língua e da cultura como factores de aproximação dos povos lusófonos a outros níveis.

Um dia, Agostinho da Silva, um homem com ideais e com uma visão de futuro, afirmou que:

“O Brasil e a China se encontrarão na África, vindo um pelo lado do Atlântico de São Tomé, chegando a outras depois de Índias e Índico, à ilha que outrora capital de Moçambique e será, daí por diante, capital de toda a vaga que levante no Mar das Índias e de todas as terras que ele, como experiência ou sonho, de algum modo animar.”¹⁶

A forma como a China está cada vez mais presente em África mostra que parte da profecia já se cumpriu. A partir da presidência de Lula da Silva parece que a outra parte da profecia começou a ter condições para se tornar realidade, embora esse relacionamento ainda necessite de uma maior consistência ou substância.

Entretanto, há quem partilhe desta mesma ideia e comece a ver a forma como tudo acontecerá e Barcellos (2004, p.21) dá conta de uma invasão de oferta, de solidariedade de aprendizagem porque o “Brasil trará às Áfricas do melhor que tiver aparecido na América ou na Europa, não daquilo que serviu no passado para abater e explorar” e com o contributo daquilo que vier do Oriente, “ com sua economia de produzir e distribuir com igualdade, [...] erguerá a África ao universo uma face livre e nova.”

E, ainda neste contexto, estas relações são vistas sobre outra perspectiva, ou melhor, noutro desejo, o qual passa pela circunstância de que “os contactos entre a China e Países Lusófonos não se limitem apenas ao âmbito comercial mas sejam o reconhecimento da importância cultural, linguística, histórica dos diversos países, em termos de qualidade entre todos.” (Machado, 2008, p.66)

Esta mesma estratégia é reconhecida pela CPLP, pois, para esta organização, “no âmbito da sua nova política externa para África (2000), a China tem vindo a intensificar as suas relações em todos os domínios com os PALOP e mais rapidamente do que outras potências” (CPLP, 2006, p.135). Além disso, a China tem promovido o desenvolvimento de parcerias estratégicas com dois países lusófonos, o Brasil e Portugal.

Aliás, no que se refere a África, há um antagonismo muito grande entre a importância potencial e real deste enorme continente africano pois, ao mesmo tempo

¹⁶ <http://novaaguia.blogspot.com.archive.html>. Sítio acedido em 01-05-2008

que é um continente rico em recursos e em cultura, continua a ser um continente marcado pelo fraco desenvolvimento.

Além disso, continua a ser motivo de especulações e de exploração e a sociedade civil não consegue desempenhar o papel que lhe deveria estar cometido.

Esta situação não poderá continuar e, depois de se constatar o fracasso que tem acompanhado a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) – e não colocando em causa que a Europa deu muito a África – é necessário que os africanos tomem consciência que é a eles que cabe a tarefa de construtores do seu futuro e que o continente está em condições de florescer e frutificar, se a África e a América “forem capazes de uma visão realista, nos aspectos do desenvolvimento humano, cultural, apostando nas áreas da educação, da saúde, do próprio desenvolvimento económico, criando um intercâmbio entre continentes e comunidades.” (Machado, 2008, p.61)

De facto, é essa tomada de consciência por parte de todos que se afigura capaz de contribuir não apenas para o desenvolvimento, como também para a paz mundial.

Esta constatação também é verdade para os países lusófonos, os quais não estão no número de grande potências, sendo que alguns deles dispõem de uma economia tão insignificante à escala global e a maior parte de seu povo vivem em situação de extrema pobreza, embora se deva ter em consideração que a “África tem mesmo de ser a preocupação deste século, não por causa dos imensos recursos naturais mas também, e sobretudo, pela imensa riqueza humana que contém.” (Machado, 2008, p.61)

Assim, no Mundo Lusófono, há que se ter em conta, para além do Brasil e de Portugal, um país como Angola que está em fase embrionária mas que, depois de ter engordado a economia de vários países, parece em condições para finalmente, se assumir como potência emergente e dar razão a (Machado, 2008, p.156) ao considerar que “Angola e os restantes Países Lusófonos terão a importância geoestratégica no respectivo espaço geopolítico que integram.”

Nos PALOP, as realidades dos mesmos diferem, pois existem países com um menor poder aquisitivo como, por exemplo, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, e que são vizinhos de países anglófonos e francófonos, alguns deles de economias mais desenvolvidas e com os quais é natural que estreitem os laços de cooperação.

Ainda neste aspecto, o contributo de África é essencial, resultando de uma partilha positiva com os diferentes continentes, partilha não só de natureza material, mas também, de elementos que sirvam para o enriquecimento das demais culturas.

Nesta perspectiva, a sociedade brasileira e a dos países lusófonos estão cada vez mais cientes e seguras de que a irresistível colaboração entre estes países representa, a nível oficial e privado, uma extensa gama de possibilidades. Dito de outra forma é o momento de dar forma a este espaço para infinitas cooperações de onde todos saem beneficiados.

Alves (2000, p.57) afirma que é lucro esta aliança entre os países lusófonos ou, dito de outra forma, “neste jogo tricontinental – Brasil, Portugal e países africanos lusófonos ganharemos todos.”

Ainda neste aspecto deve ser feita uma ressalva quanto ao surgimento da cultura luso-afro-brasileira porque se há quem considere que a mesma resultou de um contacto de séculos, também existe quem defenda que o seu início se deu no momento em que os vários destes povos estavam a sair da posição de servos, para fazerem parte da classe considerada de homens livres.

No entanto, em qualquer dos casos, não se pode negar a presença marcante dos portugueses em todos os sectores ou ramos: religião, ciências, artes, letras, pinturas a alimentação. Enfim não se lhes pode tirar o mérito de terem sido eles os pioneiros em matéria de desbravar os mares nunca dantes conhecidos, com a particularidade de se poder “dizer que, a Ocidente, Portugal promovia sobretudo as letras e as artes, e a Oriente as ciências e as técnicas.” (Cristóvão, 2008, p.55)

Então, ao tecer considerações sobre os anéis que podem resultar destas relações culturais existentes entre a África lusófona, Brasil e Portugal, Lourenço (2004, p.168) afirma que os mesmos “revelam não só temporalidades diversas, como explicitam modelos culturais de funcionamento diferente, determinados pelo jogo subtil entre as similitudes e as dissemelhanças que caracterizam as relações entre eles.”

Na Lusosfera, em termos culturais e literários, ressalta que na área das letras e literatura, o público-alvo de leitores é enorme, e, por isso, a literatura lusófona deve ser redefinida como uma literatura de vários povos em diferentes espaços, mas com uma mesma língua, que lhe outorga a identidade e sustenta sistemas culturais diferentes nas cinco partes do globo.

Sendo assim, a literatura, mesmo que numa língua comum, deve ser encarada com as culturas diversas: “europeia, americana, africana, asiática e oceânica.” (Fontenla, 1989, p.85)

Logo no caso dos países lusófonos e num plano muito concreto, “importa que os livros tenham preços razoáveis, que o estudo das outras literaturas lusófonas se generalize realmente nos outros países.” (Macedo, 2003, p.149)

Ainda neste aspecto, o intercâmbio linguístico e cultural entre as nações lusófonas teve um balanço positivo, pois a literatura brasileira passou a servir de modelo no que tange às relações literárias, ou seja, os brasileiros influenciaram os escritores africanos a nível de suas literaturas, o que serve de “estímulo aos novos literatos de África, na inspiração lírica, na narrativa e na música.” (Cristóvão, 2008, p.150)

Os exemplos anteriores dão razão a Alves (2002, p.28), quando, ao falar sobre a cooperação lusófona, defendia que “essa variedade inclui entre outros, além da cooperação política, o intercâmbio nos campos culturais, económicos, científico e técnico”, ou, por outras palavras, a sociedade brasileira e a dos países lusófonos estão cada vez mais cientes de que a colaboração entre as mesmas se reveste, tanto a nível oficial como privado, de uma extensa gama de possibilidades.

Em sintonia com o pensamento de Alves e de Macedo encontra-se Cristóvão (2008, p.62) para quem a Lusofonia “é o ponto de chegada de muitas viagens que agora prosseguem para novas etapas, guiada por uma certa concepção e projecto de unidade e entreajuda.”

Voltando à importância das relações e ainda relativamente ao Brasil, Chacon (2002, p.47) partilha do mesmo pensamento no que concerne às relações luso-brasileiras, ao defender que “o Brasil tem há muito excelente relacionamento deste e de outros tipos com Portugal”, mas discorda que o mesmo se verifique relativamente aos PALOP, pois considera “incipientes, porém, os relacionamentos económicos com a África lusófona.”

Numa visão prospectiva dessas relações, Machado (2008, p.85) coloca a maior responsabilidade em Portugal e no Brasil.

Portugal porque é membro da União Europeia e, como tal, pode e deve “fazer a ponte as duas comunidades” e o Brasil “ porque, para além de pertencer ao BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) cujo potencial de crescimento é a médio prazo, para não dizer desde já, exponencialmente elevado, só por si representa um quase continente.”

Quem ler os sucessivos apelos de Fernando Santos Neves constatará que os mesmos vão no mesmo sentido.

Não restam, por isso, dúvidas de que Portugal e Brasil dispõem da possibilidade – e do dever lusófono – de serem os motores da cooperação para o desenvolvimento nos diversos sectores para a melhoria visando o progresso de todos os lusófonos sem, no entanto, haver lugar para colonialismos do passado – da responsabilidade de Portugal – ou do futuro – previsivelmente por parte do Brasil.

Aliás, nessa cooperação, sobretudo a nível cultural, não se pode esquecer que o Brasil exporta, desde há anos, as telenovelas, o Carnaval – o melhor e mais famoso do Mundo –, juntamente com o futebol e seus vários futebolistas espalhados com seus contratos milionários por toda a Europa, sem contar com os concertos de música popular brasileira (MPB) que são frequentes em todo Mundo. Além disso, os escritores brasileiros têm penetrado em diferentes mercados literários, tanto que Lourenço (2004, p. 166) retratou isto, ao dizer que existe “a parte do Brasil em nós, que todavia está presente quotidianamente nas nossas casas.”

Daí que a sociedade internacional tenha dado um reconhecimento merecido ao Brasil ao considerá-lo como uma potência emergente até porque, segundo dados recentes, “o Brasil representa o 3.º pilar autónomo do Mundo Ocidental, juntamente com a U.E.” (Machado, 2008, p.155)

Aliás, também Lourenço (2004, p.166) enaltece “o Brasil real, o Brasil profundo, o Brasil que quase há dois séculos é uma nação independente, com uma cultura poderosa.”

Porque as relações estão patentes, cada país tem dado o seu contributo para este projecto que, ao fim e ao cabo, acaba por exigir esforços mais acrescidos no sentido da preservação da singularidade cultural de cada um dos povos lusófonos, mas, em contrapartida, também implicará uma reaprendizagem mútua da História para que o entendimento seja possível.

É disso que depende uma verdadeira comunidade dos povos, pois é nesta diversidade cultural e no empenho colectivo que consiste a maior riqueza da comunidade lusófona no relacionamento entre os seus membros e destes com as várias comunidades regionais em que estão integrados.

Em síntese “o fortalecimento interno de Portugal, Brasil e África lusófona pelo reforço das trocas recíprocas poderá dar ainda maior força a cada um para integrações com outros blocos.” (Chacon, 2002, p.81)

Capítulo 4: Acordo Ortográfico

Lisboa Aventuras

Tomei um expresso
Cheguei de foguete
Subi num bonde
Desci de eléctrico
Pedi um cafezinho
Serviram-me uma bica
Quis comprar meias
Só vendiam peúgas
Fui dar à descarga
Disparei o autoclismo
Gritei “Ó cara”
Responderam-me “ Ó pá.”
Positivamente, as aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.

José Paulo Paes

Como se sabe, para haver qualquer tipo de acordo é necessário que haja entre as partes uma concordância, ou seja, que os interesses de todos os intervenientes fiquem salvaguardados.

Contextualizando então o termo «acordo», a definição que mais se adequa, segundo o dicionário, para este caso é: “ acordo s.m. concordância, alcançar um consenso, estar de com concordar com; ser da mesma opinião.”¹⁷

Ora, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um tratado internacional que tem por objectivo criar um ortografia unificada para o português, que venha a ser utilizada por todos os países de língua oficial portuguesa.

Assim, o Acordo de 1990 constitui um passo importante para a unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional, pondo um ponto final neste insólito dilema que é a existência de duas normas ortográficas – a alteração não é na estrutura da língua – pois não deve haver duas grafias distintas e ambas oficiais: uma no Brasil e outra nos restantes países de língua portuguesa. Ou seja, o Acordo é para unificar a ortografia ou para proceder à harmonização das grafias e terá uma força “catalisadora de troca de conteúdos culturais, de conhecimentos científicos, económicos, de integração de software, etc.” (CPLP, 2006, p.121)

A implementação do Acordo Ortográfico tem sido um processo muito demorado e cheio de recuos e, por isso, importa fazer o seu estudo diacrónico.

4.1. Período Etmo-fonológico e as Reformas Ortográficas Língua Portuguesa

¹⁷ (Dicionário da Língua Portuguesa, 2007, p.16).

Desde o século XVI e até o início século XX, em Portugal e no Brasil a escrita praticada era de cariz etimológico, isto é, a raiz latina ou grega determinava a forma de escrita das palavras.

No entanto, em 1907, a Academia Brasileira de Letras começou a simplificar a escrita nas suas publicações e, em 1910, aquando da implantação da República em Portugal, foi nomeada uma comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme a ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

Ora, ao fazer uma retrospectiva dos acordos sobre a língua portuguesa, constata-se que, fruto do trabalho de um linguista de renome, Gonçalves Viana, juntamente com outros linguistas que integravam a comissão, foi levado a cabo uma profunda reforma ortográfica que modificou completamente o aspecto da língua escrita.

No entanto, esta reforma foi feita sem qualquer acordo com o Brasil, ficando os dois países com duas ortografias completamente diferentes, ou seja, Portugal com uma ortografia reformada e o Brasil com a ortografia tradicional, ainda que simplificada, pois a Primeira Reforma Ortográfica de 1911, ou seja, a primeira tentativa do lado português de uniformizar e simplificar a escrita, não foi extensiva ao Brasil.

Esta situação exigiu passos visando a resolução do problema, dos quais se salientam os mais importantes.

Assim, em 1905, aconteceu a adesão da Academia Brasileira à reforma feita em Portugal no ano de 1911.

Porém, em 1919, a Academia Brasileira revogou essa adesão e, por isso, em 1924, a situação de impasse continuava. Por via disso, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar, novamente, chegar a uma grafia comum.

Assim, em 1931, deu-se a aprovação do 1.º Acordo Ortográfico entre o Brasil e Portugal, um acordo preliminar que adoptava, em muito casos, o modelo português de 1911, mas os vocabulários que se publicaram, em 1940 em Portugal e 1943 no Brasil, continuavam a conter algumas divergências.

No seguimento do processo, como Pinto (2009, p.173) afirma, ainda em 1943, em Lisboa, realizou-se “uma Convenção Ortográfica que deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945, mas as dificuldades continuaram e, se em Portugal esse Acordo se tornou oficial por decreto de 1945, no Brasil o Congresso não o ratificou.”

Assim, enquanto Portugal aceitou e pôs em vigor o Acordo, o Brasil continuou a regular-se pelo vocabulário de 1943 e o problema manteve-se e, em 1947, aconteceu a publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa de Rebelo Gonçalves.

Mais tarde, em 1971, houve uma alteração em Portugal, aproximando a ortografia portuguesa da brasileira suprimindo-se os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias oficiais.

No entanto, as divergências mantinham-se e por, isso, “em 1973, os dois países voltaram à mesa de negociações que se prolongaram até 1975, altura em que as duas Academias chegara a acordo, que, no entanto, não se converteu em lei, devido ao período de convulsão política que vivia Portugal.” (Pinto, 2009, p.173)

Face ao exposto, não é difícil constatar que, neste processo, mais do que falar de um Acordo Ortográfico se trata de reconhecer um vasto conjunto de desacordos políticos.

4.2. A Entrada em Vigor

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa – a lusitana e a brasileira – tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade do português e para o seu prestígio internacional.

Então, a CPLP está, desde a sua fundação, empenhada na resolução desta solução, que é entrada em vigor do Acordo Ortográfico porque este impasse acarreta problemas importantes, tanto ao nível interno da própria comunidade, como para o cabal desenvolvimento das suas acções em prol da divulgação e afirmação internacional da língua portuguesa e da indústria editorial e cultural dos países-membros (por exemplo, edições de dicionários, prontuários, manuais e livros didácticos).

De facto, além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política linguística de base comum na CPLP, pois a unificação da escrita iria facilitar o processo de circulação de informação entre os países constitutivos da comunidade.

Dito de outra forma a língua portuguesa corresponde a um vasto mercado e tem um significativo potencial empresarial, desde que os seus Estados-membros reconheçam a sua importância.

Foi neste contexto que, ainda antes da criação da CPLP, surgiu o encontro no Rio de Janeiro, em Maio de 1986, por iniciativa do ex-Presidente do Brasil José Sarney e no qual se encontram, pela primeira vez na História da língua portuguesa,

representantes não apenas de Portugal e do Brasil mas também dos outros países lusófonos entretanto emergidos da descolonização portuguesa.

Nesta reunião foi feita a apresentação do memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e foi estudada a possível data da sua entrada em vigor.

Todavia, os esforços nesse sentido têm esbarrado numa série de resistências ao nível das instituições e das opiniões públicas, sobretudo em Portugal e no Brasil.

A primeira resistência é em relação a Portugal que ainda não abdicou de uma espécie de «direito histórico», ou seja, o «patriotismo», enquanto a segunda resistência, funda os seus argumentos na evidente maior abundância do mercado linguístico brasileiro.

Por isso, o Acordo de 1986 nunca entrou em vigor e foi necessário esperar por 1990 para, finalmente, o Acordo ser assinado pelos representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990, ao fim de uma negociação entre a Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras.

Então, de acordo com o artigo 3º, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entraria em vigor em 1 de Janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação por todos os Estados-membros dos estatutos junto do Governo da República Portuguesa.

Ora, como só três países ratificaram o Acordo de 1990 – Portugal, Brasil e Cabo-Verde – este não entrou em vigor e foi necessário proceder ao Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico Língua Portuguesa para retirar do texto a data prevista para a sua entrada em vigor.

Essa alteração foi feita em 17 de Julho de 1998 em Cabo Verde na Cidade da Praia e necessitava de ser ratificada por todos os membros.

No caso do Brasil, foi aprovado em 2001 e, logo em seguida, sancionado pelo Presidente da República. Portugal e Cabo Verde também ratificaram o Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo, mas como era necessária a ratificação por parte de todos, o processo voltou a ficar pendente, até que, seis anos mais tarde, em Julho de 2004, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em São Tomé e Príncipe, aprovaram um Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, a qual “para além de permitir a adesão de Timor-Leste, previa que, em lugar da ratificação por todos os países, fosse suficiente

que três membros da CPLP ratificassem este novo protocolo modificativo para que o entrasse em vigor.” (Pinto, 2009, p.174)

Ora, como o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado pelo Brasil em Outubro de 2004, por Cabo-Verde em Abril de 2005 e por São Tomé e Príncipe em 17 de Novembro de 2006, o Acordo Ortográfico passou a estar em vigor porque estes três países já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

Então o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos, desde 1 de Janeiro de 2007, embora haja países-membros da CLPL que ainda não ratificaram o Segundo Protocolo Modificativo.

Aliás do lado português, a anterior Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, chegou a propor uma moratória de dez anos para que houvesse uma melhor preparação por parte das editoras e do lado moçambicano, o Presidente Armando Guebusa foi taxativo ao afirmar que Moçambique estava a analisar o Acordo Ortográfico e um dia iria assiná-lo, mas não se comprometeu com nenhuma data.

Como a dissertação se alongou no tempo, importa referir que a Guiné-Bissau ratificou em Novembro de 2009 e, do lado português, o Segundo Protocolo do Acordo Ortográfico foi aprovado no Parlamento a 16 de Maio de 2008 e promulgado pelo Presidente da República e o actual secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, reafirmou publicamente que se mantém a intenção do anterior Governo de aplicar o Acordo Ortográfico a partir de 2012 nos documentos oficiais e nas escolas.

Quanto a Moçambique, nas cerimónias do dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, 5 de Maio, o Ministro da Cultura, Armando Artur, afirmou que o seu governo está interessado em ratificar e adoptar o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas alertou para a possibilidade dessa adopção custar 111 milhões de dólares.

Finalmente, no que concerne a Angola, o deputado Luís Reis Cuanga, que integrou a delegação angolana à II Assembleia Parlamentar da CPLP, afirmou que o país solicitou uma moratória de três anos para ratificar o Acordo Ortográfico para que o mesmo passasse a incluir o vocabulário nacional angolano.

4.3 Críticas

Cada ser humano é dotado do livre arbítrio e, por isso, no que concerne a esta questão, há aqueles que apoiam, outros que optam por manter-se neutros e preferem ficar como espectadores ou no anonimato e, finalmente, existem pessoas que estão pouco ou nada optimistas e receptivas sobre o Acordo Ortográfico.

Entre os mais descrentes quanto à viabilidade do novo Acordo Ortográfico, ou Acordo de 1990, figuram as editoras portuguesas, que salientam que este «abrasileiramento» da escrita vai obrigar a custos dispendiosos para a adaptação de dicionários e outros livros às novas regras, situação que, para elas, é um desperdício de tempo e de recursos e vai gerar sérios prejuízos e, conseqüentemente, as famílias sentirão nos seus orçamentos o aumento dos preços dos livros.

Por isso, algumas destas editoras portuguesas têm visto o Acordo como uma ameaça e alegam que o mesmo apenas servirá para as editoras brasileiras penetrarem nos PALOP.

Além disso, o processo de adaptação para os oito países lusófonos será moroso e isto torna mais difícil a reaprendizagem por parte de uma grande massa de pessoas, incluindo crianças que, obviamente, aprenderam ao longo do tempo em outros manuais.

Entretanto há um outro factor muito relevante e que se prende com o receio manifestado por algumas pessoas, as quais temem que, depois da aprovação do Acordo, não consigam escrever pelas novas regras.

Além disso, há quem defenda que, afinal, não se foi tão longe quanto se deveria ter ido, pois, no plano intracomunitário, os casos que ainda ficarão com dupla grafia dificultam a partilha de conteúdos e, no plano de difusão internacional, limitam a capacidade de afirmação do idioma, provocando, por exemplo, traduções, quer literárias, quer técnicas, diferentes para Portugal e Brasil.

A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilingue, apesar de ser uma das línguas mais faladas do Mundo.

No entanto, como foi visto, as pessoas não pensam na repercussão positiva que este Acordo Ortográfico trará e há quem o veja como prejudicial, não só para a própria língua, mas também para os seus locutores os falantes.

Então a implementação do Acordo tem sofrido uma forte rejeição, sendo julgado desnecessário ou questionando-se a sua eficácia, inclusive no meio académico, onde alguns professores e linguistas se juntam aos protestos dos editores e de certos escritores, para além de muitos outros que, apesar de simples curiosos, também têm direito a pronunciarem-se sobre algo que lhes diz respeito.

A título de exemplo, há pessoas que o vêem como algo improfícuo e consideram que a sua aplicabilidade levará ao “caos no ensino nos 8 países [e] levará a que a Língua Portuguesa se cubra de ridículo no plano internacional.” (Moura, 2008,p.16)

Também Paulina Chizane, escritora moçambicana, levantou dúvidas quanto à utilidade do Acordo Ortográfico ao questionar: “vamos fazer um acordo com base em que português? de Portugal? do Brasil? de Moçambique? Qual vai ser o padrão?”¹⁸

Quanto a Mia Couto, escritor moçambicano mas como muitos leitores em Portugal, considera que o Acordo Ortográfico “não vai mudar a fundo as coisas, as implicações que isso tem do ponto de vista económico sempre sobram para os países mais pobres”¹⁹.

A investigadora brasileira Maria Helena Novaes Rodriguez também se revela crítica ao afirmar que o Acordo “não trará nenhum ganho claro e lógico.”

No mesmo sentido vai a posição do Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Seixas da Costa, que pensa que o processo não tem pressa porque é “como se uns anos a mais ou a menos na conclusão de um texto de Acordo Ortográfico trouxessem algum mal ao Mundo, que viveu sem ele até agora.”

Quanto ao renomado professor Pasquale condena o decreto e chega mesmo a afirmar que se trata de “uma grande bobagem, inútil, desnecessário” porque “os custos dessa mudança são muito maiores que os benefícios. Será preciso reescrever tudo. Criará uma instabilidade na grafia, os meios de comunicação sofrem. Isso só aumenta a confusão da língua.”²⁰

¹⁸ Informação tirada do sítio: <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/574d6cbf2deb7b5eb2e0f2.html>. A pesquisa foi efectuada em 2 de Março de 2008.

¹⁹ Cf. <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1572>. A pesquisa foi efectuada Março de 2010. Todas as citações cuja fonte não estiver identificada são provenientes deste sítio. É o que se passa, nomeadamente, com as opiniões de Maria Helena Novaes Rodriguez e de Francisco Seixas da Costa, José Eduardo Agualusa, Celso Amorim, Francisco José Veigas, Malaca Castaleiro e Emerson Inácio.

²⁰ Excerto da entrevista da internet e que se pode ser consultada no sítio <http://emdefesadalinugaportuguesa.blogspot.com/2008/10/pasquale-cipro-neto-acordo-ortografico.html>. Pesquisa feita em 2008 e confirmada em 4 de Março de 2010.

Como se vê, continua a haver muitas vozes críticas que se levantam contra o Acordo Ortográfico até porque há quem entenda que o mesmo “fere de alguma forma a soberania própria. É evidente que essa polémica diz respeito à distinção existente entre o português brasileiro e o português europeu.” (Machado, 2008, p.152)

4.4. As Vantagens

Acredita-se que o objectivo do Acordo Ortográfico é unificar a ortografia da Língua Portuguesa que, actualmente, é o único idioma do Ocidente que tem duas grafias oficiais – a do Brasil e a do Portugal – e subentende-se que, com o Acordo Ortográfico estando em vigor, fica aberto o caminho para um entendimento entre Portugal e o Brasil sobre a certificação comum de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, pois o vocabulário comum é necessário para a elaboração dos correctores de texto, na escrita com o computador, ou seja, é uma forma de facilitar a vida de seus usuários.

O Acordo Ortográfico prevê a preparação de um vocabulário técnico-científico comum que será de grande utilidade para a difusão bibliográfica e de novas tecnologias que recorrem à terminologia científica e técnica, beneficiando os educandos e os utilizadores da língua em geral ou, dito de outra forma, uma das vantagens do novo Acordo será a existência de um dicionário também comum para toda a Lusofonia.

Além disso, os programas de formação e aperfeiçoamento para professores de português como segunda língua, poderão passar a ser comuns, em vez de Portugal e Brasil desenvolverem separadamente as suas iniciativas.

Quanto às críticas sobre os casos em que continuarão a subsistir duplas grafias, a verdade é que o facto de ambas serem legais faz com que para qualquer delas se possa considerar que não há erro e isto terá de ser levado em conta, pois é uma forma de enriquecer a língua comum.

Por outro lado, para rebater as críticas das editoras, há quem afirme que a adopção do Acordo é medida estratégica para a propagação da língua a nível internacional e que o período de seis anos servirá para a adaptação natural das editoras às novas regras ortográficas sem que tal represente um prejuízo para as mesmas.

Diga-se, de passagem, que com a adopção por todos do Acordo Ortográfico, Brasil e Portugal poderão somar esforços na cooperação com os PALOP e Timor-Leste, em acções de difusão e fortalecimento da língua portuguesa.

Assim sendo, livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais didáticos adoptados em qualquer país lusófono poderão ser mais facilmente reproduzido em outro país da Lusosfera.

A grafia dupla confusa – coisa diferente dos casos remanescentes de dupla grafia – dificulta todo o processo de unificação “pois não se pode no Mundo da ciência e da tecnologia que progride cada vez mais a velocidade vertiginosa, manter as diferenças ortográficas.” (Fontenla, 1989, p.48)

Também Marcos Vilaça, Presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) afirma que “não faz sentido que nos eventos internacionais, seja preciso redigir dois documentos com a grafia de Portugal e a do Brasil”, posição que é partilhada por Bergstrom (1996, p.453) que admite que “a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo”.

Segundo Malaca Casteleiro, linguista e um dos idealizadores deste projecto, parece começar a haver uma vontade política do governo de levar por diante este processo que se arrasta há quase 100 anos. Aliás, segundo ele, a razão desta dificuldade é fácil de perceber: “estou em crer que a resistência à adopção do acordo é uma perspectiva tacaña, de ver Portugal como proprietário da língua.”²¹

Em conformidade com Castaleiro está o pensamento de Neves que afirmou que o Brasil “com ou sem a companhia, mas esperemos com a companhia de todos os Países e Povos Lusófonos, sem a auto-exclusão de Portugal, por ultrapassadas razões patrioteiras e quejandas”, no seu lugar e papel de grande potência no Mundo globalizado de amanhã “imporá, connosco ou sem-nosco”²² o Acordo Ortográfico.

Também o escritor angolano José Eduardo Agualusa defende que “para um país como Angola é muito importante aplicar o acordo, porque este vai fazer aumentar a circulação do livro e facilitar a aprendizagem e alfabetização, que é neste momento, a coisa mais premente para Angola e Moçambique.”

No que diz respeito ao Brasil, Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores afirma que o seu país reconhece Portugal como sua pátria-mãe e por isso,

²¹ Pode ser consultada no sítio http://pedrapartida.blogspot.com/2008_04_01_archive.html. Pesquisa feita em 2008 e verificada em 14 de Março de 2010.

²² Conferência realizada na Universidade Lusófona do Porto durante a XIV Semana Sociológica, evento realizado de 7 a 9 de Abril de 2008.

“seria muito importante, do ponto de vista editorial, que Brasil e Portugal estivessem juntos quando se formalizar a adoção do Acordo Ortográfico.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio mas do lado português, o escritor Francisco José Viegas é muito crítico sobre a acção desenvolvida por Portugal ao longo do processo e reconhece que “é verdade que os brasileiros se prepararam. Nós não tivemos nenhuma política de defesa da língua, não tivemos uma política de expansão da língua no estrangeiro, não fizemos o trabalho de casa. Não vale a pena ser conservador quando não há nada a conservar.”

Dando, outra vez, a palavra a Malaca Casteleiro, o mesmo desmistifica falsos receios ao afirmar: “Eu creio que há aqui um medo estúpido de que o Brasil, através da ortografia, reconquiste os países africanos de língua portuguesa e os leve para o seu lado.”

É por isso que, de acordo com Emerson Inácio, um professor brasileiro, se está a verificar uma “indefinição de Portugal [que] está a emperrar o processo. Não se percebe e não quero admitir que os adiamentos sejam motivados pelos receios de «brasileirização» da língua.”

Como Neves afirma, este Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deixou de ser um problema de mera linguística, para se tornar “um problema essencialmente político e geoestratégico.”²³

Na opinião do especialista em lexicografia e membro da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara “não dá para pensarmos em evolução sem custos”, mas não é essa a verdadeira razão do impasse.

Bechara acredita que:

“tem muita gente desavisada dizendo que o Brasil quer ser a primeira voz a comandar o destino da língua portuguesa. Isso não passa pela cabeça de ninguém, até porque, um a língua não se faz pelo número de falantes, mas pelo seu nível cultural. Há muita gente que pensa que Portugal ceder ao Brasil significaria ceder prestígio internacional, já que seria um desmérito para os portugueses escrever da mesma forma que os brasileiros, quando na verdade isso só enriqueceria a cultura da língua.”²⁴

Paulo Geiger apresenta uma opinião curiosa porque acredita que, inicialmente, o Acordo só vai confundir a cabeça dos falantes, mas que isso será

²³ Conferência realizada na Universidade Lusófona referida anteriormente.

²⁴ Cf. <http://www.universia.com.br/docente/matéria.jps?matéria=15754>. A consulta foi realizada em 23 de Fevereiro de 2010

passageiro, pois “ há uma grande celeuma em torno disso, mas na verdade é uma coisa muito simples. Uma vez absorvida a regra, não há o que temer.”²⁵

Enfim como se sabe que os utilizadores da língua portuguesa no seu trabalho quotidiano, nomeadamente, os professores, redactores, tradutores e revisores necessitam da exactidão da mesma para um melhor desempenho e os cientistas necessitam “com urgência da linguagem de precisão, uniformizada, comum a todos; uma ferramenta de trabalho que corresponda exactamente no aspecto linguístico à precisão e exactidão do Mundo da ciência” (Fontenla, 1989, p.48), parece urgente a ratificação do Acordo Ortográfico por todos.

É, por isso, que as demoras não são aceitáveis, pois não se deve esquecer que a língua é também uma “pátria espiritual e pelo seu crescente uso comum, pelo seu aprimoramento consciente e pelas potencialidades de nossa cooperação haveremos de encontrar, estamos certos, espaço maior para afirmação de nossa cultura no Mundo contemporâneo e em suas projecções e desenvolvimento futuros.” (Alves, 2002,p.258)

Concluindo, pois, a questão da importância do Acordo, considera-se que a língua portuguesa deveria estar preparada para esta realidade e deveria aproveitar a oportunidade do Acordo Ortográfico para outras iniciativas com ele relacionadas, ou seja, integrar novos vocábulos no seu léxico, pois isso representa saber tirar proveito desta situação para o enriquecimento do idioma, situação que é essencial para sua funcionalidade.

Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que fixe e delimite as diferenças actualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa.

4.5 As Principais Alterações

A língua, como realidade dinâmica que é, está sujeita a evoluções, ou seja, a língua muda a todo momento porque é funcional.

Mas a bem verdade o que se sabe é que o novo Acordo Ortográfico não conseguirá atingir a unificação ortográfica absoluta, devido às inultrapassáveis diferenças existentes do outro lado do Atlântico, as quais foram adquiridas pelo longo

²⁵Cf.<http://www.abril.com.br/Brasil/acordo-ortografico-muda-lingua-portuguesa-partir-2009-411817.shtml>. Pesquisa efectuada em Julho de 2009.

do tempo por influências de várias culturas, nomeadamente a africana, a indígena e de outros povos europeus para além dos portugueses.

Antes de entrar, nas alterações, talvez convenha, a título de exemplo, lembrar que uma pessoa que escrevia a palavra «pharmácia» com «ph» há uns anos atrás, quando deixou de escrever com «ph», pois a grafia da palavra sofreu alteração e passou a ser escrita com «f», continuou a comprar os medicamentos no mesmo lugar. Ou seja, a palavra «farmácia» não deixou de ser a antiga «pharmácia» porque a forma escrita foi alterada mas o significado continua inalterado.

Ora, neste Acordo Ortográfico, haverá uma “tímida mudança na ortografia e não no que toca na essência da língua comum, que se mantém a sua unidade estrutural.” (Fontenla, 1989, p.54)

Em conformidade com Fontenla está Moura (2008, p.16) que afirma que “a identidade absoluta da língua é que é impossível sempre foi e será até de falante para falante, quanto mais de país para país.”

Entrando no campo das alterações propriamente ditas, o Acordo privilegia a fonética, aproximando a língua escrita da língua falada e prevê mudanças na maneira de escrever para se ter uma só grafia oficial, embora algumas grafias permaneçam, como já foi várias vezes referido, com duas entradas, situação que pode vir a ser alterada.

Não obstante, essas alterações dificilmente serão imediatas até porque o que está em causa é um acordo estratégico e não uma unificação linguística absoluta.

Considerando que os acordos anteriores não surtiram efeito, mas espera-se com o Acordo de 1990 – uma manifestação possível que abrangerá 98% do léxico e impedirá, com certeza, que as diferenças se aprofundem e ampliem – venha a proporcionar um enriquecimento da língua.

Assim, no que concerne às alterações, o alfabeto português passará a ser composto por 26 letras, ao invés das 23, e com a inclusão em definitivo do «k», «w» e «y».

As alterações no Brasil serão pouco significativas e vão afectar cerca de 0,43% do vocabulário brasileiro, sendo que das palavras que sofrerão modificações, a mudança será mais a nível da acentuação, uma vez que as novas regras incluem alterações de acentuação, a eliminação do trema e diferentes empregos para o hífen.

Aliás, a exclusão das letras «c» e «p» na grafia, quando não articuladas, leva alguns a afirmarem que o único objectivo real do acordo é a abolição dessas letras no português europeu.

Tendo em conta o levantamento estatístico feito pela ACL, com base num *corpus* de cerca de 110 000 palavras do vocabulário geral da língua, verificou-se que os casos de dupla acentuação gráfica abrangiam aproximadamente 1,27% , ou seja, cerca de 1400 palavras.

Segundo um levantamento feito pela ABL, existem actualmente cerca de 356 mil unidades lexicais que estão dicionarizadas no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Mas a ACL, também não quis ficar de fora e os seus dados foram actualizados em 2001 e hoje o dicionário conta com “cerca de 70 mil entradas.” (Pinto, 2009, p.174)

Voltando à acentuação, a título de exemplos, para se resolver a divergência de acentuação gráfica de palavras como «António» e «Antônio», «cómodo» e «cômodo», «género» e «gênero», «oxigénio» e «oxigênio» usa-se o critério da pronúncia.

É também o critério da pronúncia que leva a manter um certo número de grafias duplas do tipo «caráter» e «carácter», «facto» e «fato», «sumptuoso» e «suntuoso».

É ainda o critério da pronúncia, pois no Brasil o som é mais fechado enquanto em Portugal é mais aberto, que conduz à conservação da dupla acentuação gráfica do tipo de «económico» e «econômico», «efémero» e «efêmero», «género» e «gênero», «génio» e «gênio», ou de «bónus» e «bônus», «sêmen» e «sêmen», «ténis» e «tênis», ou ainda de «bebé» e «bebê», ou de «metro» e «mêtro».

Além disso, independentemente do «c» gutural das sequências interiores «cc», «cç» e «ct» e do «p» das sequências interiores «pc», «pç» e «pt», eliminam-se consoantes várias de outras sequências sempre que são invariavelmente mudas, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira.

As mesmas consoantes, porém, mantêm-se ou são substituídas por outras equivalentes, dentro das normas da escrita simplificada, no caso de serem invariavelmente proferidas ou de oscilarem entre a prolação e o emudecimento.

É o que acontece nos exemplos seguintes:

- «cc» – desaparece em «transacionado» e «lecionar», mas mantém-se em «friccionar» e «perfeccionismo» por se articular a consoante.
- «cç» – omite-se em «ação», «ereção», «reação», mas conserva-se em «fricção» e «sucção».
- «ct» – desaparece em «ato», «atual», «teto» e «projeto», mas conserva-se em «facto», «bactéria» e «octagonal».

- «pc» – cai em «percecionar» e «anticoncepcional», embora se conserve em «núpcias» e «opcional».

- «pç» – não se usa em «adoção» e «conceção». Mantém-se em «corrupção» e «opção».

- «pt» – desaparece em «Egito» e «batismo», mas permanece em «inapto» e «eucalipto».

No que respeita às divergências existentes nas palavras proparoxítonas ou esdrúxulas, as mesmas circunscrevem-se praticamente aos casos das vogais tónicas «e» e «o», seguidas das consoantes nasais «m» e «n», com as quais aquelas não formam sílaba.

Estas vogais soam abertas em Portugal e nos países africanos, recebendo, por isso, acento agudo, mas são do timbre fechado em grande parte do Brasil, grafando-se por conseguinte com acento circunflexo.

É o que acontece com: «académico/ académico», «cómodo /cómodo», «efémero / efémero», «fenómeno/ fenómeno», «génio/ génio» e «tónico/ tónico».

Também nos casos especiais de acentuação das paroxítonas ou graves, algumas palavras que contêm as vogais tónicas «e» e «o» em final de sílaba, seguidas das consoantes nasais «m» e «n», apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua. Tais palavras são assinaladas com acento agudo se o timbre da vogal tónica é aberto, ou com acento circunflexo, se o timbre é fechado: «fémur» ou «fémur», «Fénix» ou «Fênix», «ónix» ou «ónix», «sémen» ou «sémen», «xénon» ou «xénon»; «bónus» ou «bónus»,

Parecem muitos exemplos, mas, no total, acabam por ser pouco mais de uma dúzia de casos.

Encontram-se, igualmente, nas oxítonas ou agudas algumas divergências de timbre em palavras terminadas em «e» tónico, sobretudo provenientes do francês. Se esta vogal tónica soa aberta, recebe acento agudo; se soa fechada, grafa-se com acento circunflexo.

Também aqui os exemplos pouco ultrapassam as duas dezenas: «bebé» ou «bebê», «caraté» ou «caratê», «croché» ou «croché», «guiché» ou «guiché», «matiné» ou «matinê» e «puré» ou «puré».

Existe também um caso ou outro de oxítonas terminadas em «o» ora aberto ora fechado, como sucede em «cocó» ou «cocô».

A par de casos como este há oxítonas terminadas em «o» fechado, às quais se opõem variantes paroxítonas, como acontece em «judô» e «judo», «metrô» e «metro», mas tais casos são muitos raros.

No que respeita ao emprego do hífen, não há propriamente divergências assumidas entre a norma ortográfica lusitana e a brasileira.

Ao comparar, porém, os dicionários portugueses e brasileiros e ao ler, por exemplo, jornais e revistas, encontram-se muitas oscilações e um largo número de formações vocabulares com grafia dupla, ou seja, com hífen e sem hífen, o que aumenta desmesurada e desnecessariamente as entradas lexicais dos dicionários. Estas oscilações verificam-se, sobretudo, nas formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina.

Eis alguns exemplos de tais oscilações: «ante-rosto» e «anterrosto», «co-educação» e «coeducação», «pré-frontal» e «prefrontal», «aero-espacial» e «aeroespacial», «auto-aprendizagem» e «autoaprendizagem», «agro-industrial» e «agroindustrial», «agro-pecuária» e «agropecuária», «alvéolo-dental» e «alveolodental», «bolbo-raquidiano» e «balborraquidiano» e «micro-ondas» e «microondas».

Uma das alterações que parece incomodar muitos brasileiros prende-se com o facto de o novo texto ortográfico propor a supressão completa do trema, já acolhida, aliás, no Acordo de 1986, embora não figurasse explicitamente nas respectivas bases. Nesse Acordo, o emprego do trema foi largamente restringido, ficando apenas reservado às sequências «gu» e «qu» seguidas de «e» ou «i», nas quais «u» se pronunciava – «agüentar», «agüardente», «eloqüente», «eqüestre» continuaram a levar trema.

Como se vê e apesar dos exemplos puderem parecer demasiados – afinal o Acordo contempla XXI Bases – é preciso mudar mais as mentalidades do que aquilo que a língua vai mudar a nível ortográfico porque – nunca é de mais repetir – um este ou qualquer outro Acordo Ortográfico não representa uma reforma da língua, pois apenas contempla a grafia e não a sintaxe, por exemplo.

Por isso, este ponto ou subcapítulo termina fazendo menção ao saudoso Osvald Andrade²⁶, que fez estes versos – tão antigos e actuais ao mesmo tempo – pois ele sabia as diferenças entre o português padrão de Portugal e o português padrão do Brasil, mas também pensava que essas diferenças eram essenciais para o

26 José Oswald de Sousa de Andrade Nogueira, falecido em 22 de Outubro de 1954, foi um dos principais escritores do modernismo literário brasileiro.

enriquecimento do idioma e não colocavam em causa a existência de uma língua que sabe ganhar com a diversidade:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e bom branco
Da nação brasileira
Dizem todos os dias:
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Conclusão

“Trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação.”

Moscovia, 1995

Na Introdução foram levantadas quatro perguntas-base que aqui se recordam:

- Por que razão o IILP é tido como um nado-morto?
- Em que aspeto o Acordo Ortográfico favorecerá a CPLP?
- Por que motivo a questão da Lusofonia é tão antiga e ao mesmo tempo tão atual mas pouco esclarecedora?
- O Acordo Ortográfico pode ser visto como algo mais do que uma simples questão de língua?

Interessa, agora, saber as respostas que foram encontradas, embora partindo do pressuposto de que a investigação para esta Dissertação não teve a pretensão de sanar todas as dúvidas e de encontrar todas as respostas para as várias indagações feitas, pois o saber é uma fonte inesgotável e infindável, mas sim a de obter uma melhor compreensão dos factos.

Ora, uma vez concluído o trabalho, pode dizer-se que o mesmo visou uma abordagem do relacionamento entre os países que falam o português como língua materna ou oficial, com especial ênfase no que concerne ao valor estratégico da Lusofonia e à questão da implementação dos infindáveis acordos ortográficos.

Assim, no Capítulo 1, foi feita a contextualização da CPLP e procedeu-se ao estudo da sua importância enquanto instituição, pois ela tem tido a responsabilidade de dar respostas aos assuntos relativos à língua portuguesa, promovendo o intercâmbio cultural entre os povos e a preservação das identidades culturais e linguísticas regionais como contributo para a conservação do património colectivo. Além disso, a comunidade é considerada um pólo de integração dos países-membros nas questões pertinentes da cooperação e na ajuda ao desenvolvimento.

As conclusões resultantes desta parte da pesquisa parecem apontar no sentido de que a falta de definição inicial – fórum ou comunidade – ainda se faz sentir na actualidade, embora o Brasil, depois de ter desaproveitado o capital de confiança que teria representado a eleição de José Aparecido de Oliveira para Secretário-Executivo da CPLP, pareça, finalmente, interessado em apostar na organização.

O Capítulo 2 debruçou-se sobre Instituto Internacional da Língua Portuguesa e procurou historiar o processo que levou à sua criação, para além de procurar saber as razões que levam a que a sua acção seja objecto de tantas e tão frequentes críticas.

Assim, o estudo efectuado permitiu concluir que o contributo do IILP como veículo de promoção e de cooperação no âmbito da sociedade de conhecimento e da informação é imprescindível, mas que, desde a sua formação e até à actualidade, o que “falta sem dúvida é uma decidida vontade política por parte dos países-membros” (Pinto, 2005,p.389).

Por isso, aqueles que o consideram um nado-morto fazem-no na esperança que não o seja e que ganhe a visibilidade que parece ao seu alcance se constituir uma verdadeira aposta.

Depois, no Capítulo 3, foi abordada a questão da Lusofonia, na sua problemática teórica, ou seja, ao nível das definições dos conceitos.

O estudo permitiu constatar que a língua não tem pátria pois pertence a mais de oito países e ficou também comprovado que a Lusofonia – conceito este que ao longo do discurso foi referido que, em termos reais, está ainda na fase de construção e não se refere apenas à questão da língua – terá tudo a ganhar com o Acordo Ortográfico, pois ele visa a única unidade ortográfica e, com essa unidade, que passe a existir um único dicionário no universo dos falantes da língua portuguesa.

De qualquer forma, a ideia-chave deste capítulo foi a de que “a Lusofonia existente não se coaduna com a Lusofonia desejada, necessária e, já agora, possível ” (Pinto, 2009,p.190).

Finalmente, no Capítulo 4, reafirmou-se que a língua portuguesa é uma língua de prestígio internacional, pois é falada em mais de um continente, por exemplo na América Latina (Brasil) com os seus 180 milhões de falantes e onde é língua materna, caso distinto do que acontece nos PALOP onde ela é tida como língua oficial, apesar da grande aceitação e adesão que tem tido, e procedeu-se ao estudo do processo relativo ao Acordo Ortográfico, pois a uniformização da escrita é uma maneira de permitir o aproveitamento das potencialidades da língua portuguesa.

Ao longo do capítulo frisou-se que o Acordo não representa uma reforma da estrutura da língua e não visa unificar as pronúncias ou impedir o surgimento de novas expressões locais, mas representa, apenas, uma uniformização ao nível da grafia e é essencial para uma maior aproximação e para intensificar uma relação dita fraterna entre todos os países lusófonos.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – o Acordo de 1990 – mereceu um tratamento detalhado ao longo do qual se reforçou a ideia de que o mesmo ocorreu por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, em Maio de 1986 e que se tratou de uma iniciativa do Presidente brasileiro, José Sarney, mas que o processo de ratificação tem sido muito complicado.

Na verdade, quando foi tomada uma decisão no sentido de que bastariam apenas três ratificações para que o Acordo Ortográfico passasse a entrar em vigor, como o Brasil ratificou em 2004, Cabo Verde em Fevereiro de 2006 e São Tomé e Príncipe em Dezembro deste mesmo ano, o Acordo entrou em vigor, mas continuou a levantar celeuma.

Como foi referido por Pinto, o impasse não cessou tanto que os livreiros portugueses protestaram e há uma não-aceitação por parte de várias personalidades que consideram que o Acordo privilegiaria somente o Brasil e que os restantes países lusófonos sentiriam o impacto negativo deste desacordo.

Além disso, do ponto de vista linguístico, e pelo imenso tempo a que a questão se arrasta, era de acreditar que tivesse sido feito um esforço para que houvesse a unificação da ortografia, pois, “de facto, uma unificação ortográfica, como o próprio nome indica, deveria consistir na aceitação de uma única grafia” (Pinto, 2009, p.175), situação que não se verificou.

Dito de outra forma, a nível linguístico não se foi tão longe quanto se devia porque se continua a admitir duplas grafias em várias palavras.

Aliás, esta é uma das razões aduzidas por muitas vozes que se levantam contra o Acordo.

A pesquisa efectuada conduziu à conclusão que, para os apoiantes da entrada em vigor, é muito importante mudar de mentalidade e atitude pois a unificação das grafias servirá de contributo para que a língua portuguesa – que já ocupa um lugar de destaque no «ranking» das línguas mais faladas em todo Mundo – se torne língua universal.

Esta é a posição de Lauro Moreira, que, ao fazer uma consideração sobre a temática, afirmou que a “mudança deve começar na sala de aula e quando a nova

ortografia chegar às escolas, toda a sociedade se adequará”²⁷. Assim, seria uma mais-valia a unificação, ou seja o Acordo permitiria a unificação da língua e acabaria com as dúvidas sobre qual grafia usar em organismos internacionais como por exemplo na UNESCO ou na própria ONU.

Na *Bíblia* em Mateus 12:25 relata-se um facto que se enquadra neste contexto: “uma casa, dividida contra si mesma não subsistirá”²⁸.

Ora, enquanto há este impasse ou este desacordo, há pessoas que lutam por ou contra esta causa. Dos primeiros, é exemplo o linguista Malaca Casteleiro que afirmou que “se evoluir em sentido divergente em cada um dos países que agora o falam, o português perde a importância a nível internacional”²⁹. Dos segundos, Vasco Graça Moura é talvez o mais destacado.

Entretanto o Acordo divide as opiniões e surgem as mais diferentes explicações, algumas das quais parecem dar razão à quarta pergunta-base, pois há quem defenda que: “os brasileiros têm um problema, não isto é um favor que a diplomacia portuguesa está a fazer à brasileira, e é triste que a língua sirva de moeda de troca”³⁰.

É claro que esta posição não é consensual. Aliás, aquilo que parece ser a realidade é que as pessoas oferecem grande resistência em alterar a forma de como irão escrever, apesar de só mudar a grafia de algumas palavras, pois as alterações terão pouco impacto porque se trata de uma alteração pouco significativa – 1,6% no vocabulário usado em Portugal, cerca de 2 600 palavras, e de 0,5% no vocabulário usado no português do Brasil.

E, considerando que a ortografia não representa a fala de ninguém porque é apenas uma representação gráfica.

A investigação feita aponta no sentido de ter em consideração o facto de a língua ser viva e a cada dia se ver adicionada de novos vocábulos no seu rico idioma os quais devem ser dicionarizados, pois o que não é registado acaba por se perder com o tempo.

A Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa têm essa missão ou tarefa.

²⁷ A informação foi tirada do sítio: Movv.org/.../em-defesa-do-acordo-ortografico-de-1990-sim-alguem-o-tem-que-defender-argues/. A pesquisa foi efectuada Abril de 2010

²⁸ *Bíblia Sagrada* p.15

²⁹ Informação tirada do sítio: www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1569 A pesquisa foi efectuada Abril de 2010

³⁰ Informação recolhida no sítio: Movv.org/.../em-defesa-do-acordo-ortografico-de-1990-sim-alguem-o-tem-que-defender-argues/. Vasco Teixeira, escritor português. A pesquisa foi efectuada ao longo de Abril de 2010.

Conforme o que foi relatado anteriormente, termina-se esta Dissertação com um excerto de Pepetela, que fala por si, sobre o impasse que se arrasta até hoje e que é fruto da falta de vontade política.

Diz o escritor lusófono:

“Penso em particular nos países que têm o português como língua de comunicação, embora a falta de uma política comum, tendente a facilitar a circulação de livros e outro material cultural entre estas nações, ditas irmãs na linguagem dos políticos, quando estes se encontram, inviabilize à partida um objectivo que deveria ser encarado como uma prioridade.”

Já parece tempo de os lusófonos reivindicarem ao poder político instituído nos seus países a Lusofonia que desejam.

Bibliografia

- Alves, D.M.C. (2000). *Luso-brasilidades: nos 500 anos*. Lisboa: Eurobrape-editores.
- Alves, D.M.C. (2002). *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Lisboa: Editora Europa-América
- Barcellos, J.; Reis, M.; Agostinho & Vieira. (2006). *Mestres de sujeitos*. Lisboa: Edição Profedições.
- Braga, J. A. (Coord.). (1999). *José Aparecido de Oliveira. O homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editora.
- Chacon, V (2002). *O futuro político da lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP]. (2006). *Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: s/e
- Cristóvão, F. (2008). *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Edições: Almedina.
- Fontenla, J. L.; Estraviz, I, & Figueroa, A. (1989). *Comentários ao novo acordo ortográfico*. Braga: Editora Pontevedra
- Fontenla, J. L. (1989). Lusofonia unificação ortográfica e política linguístico-cultural. *Revista Internacional da Lusofonia e da Sociopedagogia e Sociolinguística*, volumes IV-V, 83-91.
- Lourenço, E. (2004). *A nau de Ícaro imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Machado, M. V.S. (2008). *Reflexões lusófonas*. Lisboa: Edição Universitária Lusófona.
- Madeira, A.I. (2003). *Sons sentidos e silêncios da lusofonia*. Lisboa: Educa.

Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Martins. M. L., Sousa, H. & Cabecinhas. R. (Eds.). (2006). *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras

Moreira, A.(Coord.2004). *A comunidade dos países de língua portuguesa cooperação*.Coimbra:Almedina

Moura.V.G. (2008). *Acordo ortográfico a perspectiva do desastre*. Lisboa: Aletheia.

Neves, F. S. (Org). (2000). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologias realidades e potencialidades*. Lisboa: Edições Universidade Lusófonas.

Neves, F. S. (2000). *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a lusofonia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Neves, F. S. (2001). A lusofonia como “questão linguística e literária”, como “questão de língua” e como “questão estratégica e geopolítica e de desenvolvimento”. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, nº. 4/5, 306-308.

Neves, F. S. (2002). Sentidos e des-sentidos da Lusofonia e da CPLP. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, n.º 3/4, 121-126

Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pinto, J. F. (2009). *Estratégia da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Romero, S. (1902) *O elemento português*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

Saussure, F.(1992). *Curso de linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Silva, A. (1994). *Vida conversável*. Lisboa: Assírio & Alvim Editora Livreira.

Torres, A. & Ferreira, M. E. (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas. In A. Moreira (Coord.). *A comunidade dos países de língua portuguesa – cooperação* (pp. 23-119). Coimbra: Almedina.

Dicionários

Camacho, A. (2001). *O nosso dicionário*. Lisboa: Didáctica Editora.

Cristóvão, F. (Dir.). (2005). *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

Porto Editora [PE]. (2007). *Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora

Nova Fronteira [NF]. (1999). *Novo dicionário Aurélio século XXI. O dicionário da língua portuguesa*. (1999). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Webgrafia

<http://www.abril.com.br/Brasil/acordo-ortografico-muda-lingua-portuguesa-partir-2009-411817.shtml>.

[www. cplp.org](http://www.cplp.org).

<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1572>.

www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1569.

<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/10/pasquale-cipro-neto-acordo-ortografico.html>.

www.iilp-cplp.cv/

Movv.org/.../em-defesa-do-acordo-ortografico-de-1990-sim-alguem-o-tem-que-defender-algures/.

[http:// noticias.sapo.pt/lusa/artigo/574d6cbf2deb7b5eb2e0f2.html](http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/574d6cbf2deb7b5eb2e0f2.html).

http://novaaguia.blogspot.com/2008_05_01archive.html.

http://pedrapartida.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

<http://www.universia.com.br/docente/matéria.jps?materia =15754>.

Índice Onomástico Remissivo

A

Agualusa, José Eduardo: 61
Almeida, Onésimo Teotónio: 11, 12
Amorim, Celso: 59, 61
Alves, Dário Moreira de Castro: 26, 39, 43, 46, 48, 50, 51, 63
Andrade, Osvaldo: 67

B

Barcellos, João: 39, 48
Bechara, Evanildo: 62
Bergstrom, Magnus: 61
Boal, Maria Eduarda: 28, 29
Braga, José Alberto: 16

C

Carvalho, Joaquim: 17
Casteleiro, José Malaca: 62, 72
Chacon, Vamirech: 18, 44, 47, 51, 52
Chizane, Paulina: 59
Costa, Francisco Seixas da: 59
Couto, Mia: 58
Cristóvão, Fernando: 31, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 50, 51

E

Elia, Sérgio: 40

F

Ferreira, Vergílio: 45
Fontenla, José Luís: 42, 51, 61, 63, 64
Franco, Itamar: 19
Freyre, Gilberto: 17, 44, 45

G

Geiger, Paulo: 62

Gonçalves, Rebelo: 55

Guebusa, Armando: 57

Ghandi, Mahatma: 28

I

Inácio, Emerson: 59, 62

L

Lima, Isabel Pires de: 57

Lourenço, Eduardo: 41, 42, 50, 52

Lopes, Hélder Jorge Vaz Gomes: 24

M

Macedo, Hélder: 51

Machado, Maria Valentina da Silveira: 16, 20, 26, 27, 39, 43, 45, 48, 49, 51, 52, 60

Madeira, Ana Isabel: 38, 40, 41, 42

Margarido, Alfredo: 18, 41, 45

Martins, Moisés Lemos: 45

Mazula, Brazão: 29

Médicis, João Augusto: 25

Mingas, Amélia: 33, 34

Moreira, Adriano: 17, 40

Moreira, Lauro: 29, 71

Moscovia: 69

Moura, Vasco Graça: 59, 64, 72

N

Neves, Fernando dos Santos: 16, 31, 39, 40, 41, 42, 45, 52, 61, 62

O

Oliveira, Gilvan Müller de: 36

Oliveira, José Aparecido de: 18, 19, 26, 69

P

Paes, José Paulo: 53

Pasquale, Cipro Neto: 59

Pepetela: 72

Pereira, Dulce Maria: 24

Pessoa, Fernando: 37, 39, 40

Pinto, José Filipe: 17, 20, 25, 26, 27, 31, 39, 42, 45, 54, 55, 57, 65, 70, 71.

R

Ribeiro, Darcy: 17

Rodriguez, Maria Helena Novaes: 59

Romero, Sílvio: 39

S

Saramago, José: 16

Sarney, José: 17, 29, 30, 56, 70

Saussure, Ferdinand: 38

Silva, Agostinho: 17, 39, 40, 46, 48

Silva, Luís Inácio Lula da: 48

Soares, Mário: 45

T

Teixeira, Vasco: 72

Tolentino, Corsino: 17

V

Viana, Gonçalves: 54

Vilaça, Marcos: 61

Veloso, Caetano: 37

Viegas, Francisco José: 57

Vieira, António: 39, 40.